

A collage of many eyes, some looking forward and some looking to the side, arranged in a tree-like structure. The eyes are black and white, with some having pinkish-red highlights. The background is a solid yellow color. The overall composition is dense and visually striking.

DE BALA EM PROSA

VOZES DA
RESISTÊNCIA
AO GENOCÍDIO
NEGRO

DADOS DE COPYRIGHT

SOBRE A OBRA PRESENTE:

A presente obra é disponibilizada pela equipe X Livros e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura. É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

SOBRE A EQUIPE X LIVROS:

O [X Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: [X Livros](#).

"Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais

lutando por dinheiro e poder,
então nossa sociedade poderá
enfim evoluir a um novo nível."

EDITORAELEFANTE

CONSELHO EDITORIAL

Bianca Oliveira

João Peres

Leonardo Garzaro

Tadeu Breda

SELEÇÃO DE TEXTOS

Vanessa Oliveira

Gabriel Rocha Gaspar

Túlio Custódio

Tadeu Breda

REVISÃO

Laura Massunari

Daniela Uemura

CAPA

Catarina Bessel

PROJETO GRÁFICO & DIAGRAMAÇÃO

Bianca Oliveira

Denise Matsumoto

DE BALA EM PROSA

VOZES DA
RESISTÊNCIA
AO GENOCÍDIO
NEGRO

sumário

Nota preliminar

Apresentação

Branços, sangrem conosco, Gabriel Rocha Gaspar & Vanessa Oliveira

Marcados pela cor, Liliana Ripardo

Eu gostaria de saber como seria se sentir livre, Jamile Araújo

Corde pulsum tangite, Liège Santos

Cotidiano carioca, Luiz Gustavo Alves

Vidas negras não importam, Cizenando Cipriano Jr.

A força do estômago e o combate ao terror, Letícia Miranda

A morte de todos os dias, Jonatas Bispo

E se fosse um único tiro?, Lorraine Carvalho Silva

Oitenta tiros por engano, vocifero, Patrícia Gois

Todas as horas do fim, Pedro Luz

Dias, anos, tiros e corpos... 5, 15, 12, 29, 80, 111, Adriele Regine

De oito a oitenta, sobre literatura e sociedade, Luna Souto Ferreira

Quantas vidas contam para um genocídio?, Paulo César Ramos

Apontamentos da sapatão escurinha à branquitude que se toque,
Cecília Floresta

Esse é só o grito de uma preta!, Kessia Gomes Nascimento

A falsa abolição de um país que nos abole, Maria Dolores Sosin Rodriguez

"A gente combinamos de não morrer": retornar às raízes e
(re)construir espaços de afeto para o nosso povo, Vinícius da Silva & Victor
Adriano

[Das telas para as ruas](#), Henrique Barreto

[Não é culpa do Bolsonaro](#), Davi D'Ávila Souza

[Se nada somos, sejamos tudo!](#), Douglas Rodrigues Barros

[Desabafo](#), Lucas Mendes de Oliveira

[Morte encomendada: mata que é negro!](#), Walkyria Chagas da Silva Santos,
Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo & Eva Dayane Góes

[Nunca foste mãe gentil](#), Carlos Augusto Santos

[De tigres a tiros: negros, segurança pública e necropolítica](#), André
Nicolitt & Paulo Henrique Lima

[Sobre as autoras e os autores](#)

Os textos a seguir originaram-se da chamada pública “80 tiros, 01 livro?”, lançada nas redes sociais da Editora Elefante em 9 de abril de 2019. A iniciativa foi motivada pelo trágico episódio que, dois dias antes, havia tirado a vida do músico negro Evaldo Rosa dos Santos no Rio de Janeiro. Ferido na mesma ocasião, o catador de materiais recicláveis Luciano Macedo, também negro, morreria uma semana depois, no hospital. Evaldo e Luciano foram vítimas do Exército brasileiro. Na tarde do dia 7 de abril, um domingo, doze militares descarregaram os fuzis contra o Ford Ka branco em que Evaldo trafegava com a família, na zona oeste carioca. O grupo se dirigia a um chá de bebê; Luciano, que passava pelo local no momento dos disparos, foi alvejado ao tentar ajudar os passageiros do automóvel atacado. As primeiras notícias davam conta de que os soldados haviam disparado “mais de oitenta” projéteis em direção ao carro. O número exato — e ainda mais estarrecedor — seria revelado depois, pela perícia: os militares, na realidade, puxaram o gatilho 257 vezes. Depois de cometerem tamanha atrocidade, ainda tentaram construir uma versão própria dos fatos, dizendo que as vítimas eram “bandidos” da favela mais próxima. Foram rapidamente desmentidos pelas evidências. Após quase uma semana de silêncio, o presidente Jair Bolsonaro, ex-capitão do Exército e ferrenho defensor da letalidade das forças de segurança do Estado, usou de um sofisma de mau gosto para se referir ao ocorrido: “O Exército não matou ninguém, não. O Exército é do povo e a gente não pode acusar o povo de assassino”. Tomados pela revolta, propusemos a publicação desta coletânea para que escritoras e escritores afrodescendentes expressassem, em prosa, suas visões internas do genocídio, do qual as mortes de Evaldo e Luciano — e as reações do Estado e de seus representantes — são apenas mais um triste e doloroso capítulo. Este livro não tem fins comerciais; a distribuição é gratuita. O PDF está disponível em www.editoraelefante.com.br.

APRESENTAÇÃO



Branços, sangrem conosco

Gabriel Rocha Gaspar
Vanessa Oliveira

Estas linhas começam a ser escritas poucas horas depois de confirmada a morte de Ágatha Félix, uma criança negra que se foi aos oito anos de idade, depois de ter as costas perfuradas por uma bala financiada pelo governo do Rio de Janeiro. Poucos anos atrás, quando a brutalidade de nossas elites ainda se escondia sob uma fachada de civilidade, o branco engravatado de ocasião, fosse ele Alckmin, Pezão ou qualquer outro, declararia que o autor do disparo é uma laranja podre, um baixa patente agindo sozinho à margem das regras. Protegeria a cadeia hierárquica que garante a desigualdade social, econômica, racial e política, e criminalizaria o pobre que puxou o gatilho — não pelo ato, mas, tacitamente, por ter sido flagrado. Enfeitaria o cinismo com a conversa de sempre: “Isso não pode estigmatizar toda uma corporação, cujos membros entregam a própria vida diariamente pela proteção do cidadão de bem”. Em conluio com o teatro da normalidade, a mídia corporativa colocaria a cereja do bolo: “O caso está sendo investigado e os responsáveis serão punidos”.

Não existe bala perdida no Brasil. As balas no Brasil têm uma trajetória só: vêm de cima para baixo; de rico para pobre, de branco para preto, de homem para mulher, de madeireiro para indígena, de

fazendeiro para sem-terra, de hétero para LGBT. Toda bala tem endereço, porque o genocídio é política de Estado desde antes de existir Estado no Brasil. Somos um país que se fez nação para justificar a existência da milícia.

Mesmo assim, até poucos anos atrás, nos orgulhávamos em vestir a capa institucional do liberalismo iluminista. Achávamos conveniente varrer para debaixo do tapete o fato de que, na terra da escravidão e do genocídio, o Iluminismo é opaco, não passa de uma importação publicitária, uma autoenganação da nossa elite, que aprecia superficialmente a estética europeia, mas carece de meios cognitivos para acessar a ética que a substancia. Gostávamos do ritual, da festa, da carcaça da democracia liberal, mas não de seu conteúdo, nascido numa revolução, a francesa. Conforme o mundo entrou numa espiral de autoritarismo, nossos ricos resolveram sair do armário da civilidade.

Agora, nem a aparência interessa mais. Resolvemos antecipar o futuro distópico e, pela primeira vez, empoderar pela urna a elite brasileira desnuda, sem máscara. Bolsonaro, Witzel e equivalentes, remanescências do porão da ditadura, representam nossa burguesia muito melhor do que um Fernando Henrique Cardoso, que, bem ou mal, ostentava a pecha de príncipe da Sorbonne mesmo enquanto lambia as botas de Bill Clinton.

No vazio de ideias que é a história da dominação autoritária, racista e classista do Brasil, o elitismo se materializa em ações. O caráter da nossa burguesia está no desprezo da toga pela justiça; se esconde sob a pele parda, que veste as insígnias do opressor para dilacerar outros pardos; permeia as festas da esquerda branca, que discute progresso social na sala de jantar, enquanto a escravidão lava pratos com uniforme de empregada na cozinha. Somos um país cuja elite se alimenta de carne humana crua; é assim desde a invasão europeia, em 1500. Mas isso havia ficado em segundo plano na nossa efêmera democracia. Nos últimos anos, o esgoto transbordou, em boa parte por culpa de decisões pobres do chamado campo democrático, à esquerda e à direita. Vale a pena lembrar a via-crucis do centro — e como a extrema-direita surfou no caos.

Desde que o lado mais ou menos civilizado da aristocracia

brasileira, capitaneado pelo PSDB, pela indústria e pela mídia corporativa, começou a insuflar sentimentos fascistoides no seio da sociedade para se livrar desse contratempo democrático chamado vontade popular, a elite chutou para o mato sua fachada de ilustração. Um *reich* tupiniquim não estava nos planos do tucanistão. Mas um dos problemas de uma religião baseada no fim da história, como o neoliberalismo, é que, sem história, é impossível calcular as consequências das ações presentes.

Foi a falta de pensamento histórico que levou nossas elites à ingenuidade de imaginar que o fascismo pode ser criado em cativeiro. O PSDB começou apelando para o sentimento de autopiedade de uma classe média que viu sua bolha ameaçada por ampliação de direitos trabalhistas, universidade inclusiva e acesso ao consumo para setores sociais subalternos. Terminou engolido pelo monstro e perdeu espaço no espectro político. Patos e sapos depois, a indústria só pode ser vista pelo microscópio, conforme o rentismo financista toma de assalto a economia nacional. E a mídia corporativa, que em 2013 operou a substituição de uma legítima demanda popular por ampliação de direitos (transporte, saúde e educação) pelo carnaval da suástica verde-amarela, vive seu maior descrédito histórico, depois que o grupo da família no WhatsApp tomou o posto de formador de opinião da sociedade. Onde se lia liberalismo de fachada, lê-se autoritarismo nu e cru.

Fracassou o experimento democrático brasileiro. Talvez porque ele nunca tenha sido uma utopia nacional, mas fruto da contingência histórica. A ditadura se esgotou sozinha, com um empurrão do contexto internacional, não por força revolucionária. E, sejamos sinceros: nossa tentativa de escancarar os abusos cometidos pelo Estado naquela época saiu pela culatra. De que serve uma Comissão da Verdade não vinculante? Se você vai encarar crimes contra a humanidade, tem que ter um objetivo claro. Qualquer coisa menor do que a responsabilização e o expurgo — tanto da vida pública quanto do imaginário nacional — daqueles que os perpetraram é cutucar a onça com vara curta. Expusemos os crimes e deixamos os criminosos livres para pendurar o pijama e visitar a farda.

Mas o que fez explodir, a partir de 2013, a ira contra a situação

política foi mais do que isso. Foi um caldo fétido, que misturou, além do ressentimento aflorado da classe militar contra o tímido escrutínio da centro-esquerda no poder, a moralização da pauta da corrupção pela centro-direita alijada da via eleitoral para o Executivo, a institucionalização excessiva do movimento social, a penetração desenfreada do cristo-fascismo no ideário nacional, a ingerência externa renovada pela descoberta de petróleo e o terrorismo midiático em torno da aproximação da crise econômica. Em vez de aproveitar o furor revolucionário e direcioná-lo contra o coração da classe capitalista nacional, a cúpula do Partido dos Trabalhadores optou por absorver o impacto, apagar as breves centelhas de luta de classes que emergiram do movimento e assumir a linha de frente na defesa da institucionalidade liberal.

Assim, forças recessivas mas poderosas do mais reacionário caráter nacional tomaram a primazia da narrativa da mudança. A farda, o militarismo e o discurso da lei e da ordem ganharam uma anticausa para chamar de sua, num momento em que a única causa da esquerda era a continuidade de um natimorto projeto de humanização gradual do capitalismo. Se os liberais acharam que poderiam injetar intolerância em doses seguras, nós achamos que domesticaríamos o capitalismo.

Ignorando todos os alertas da história, deixamos que do leito seco da revolução incompleta brotasse a erva daninha do fascismo. Como a esquerda ampliou o acesso, mas não alterou nenhuma das centenárias estruturas de opressão da sociedade brasileira, o projeto popular ficou vendido quando a avalanche da crise financeira ameaçou descer do Norte. A direita se armou para a luta pela conservação de privilégios, enquanto a população dobrou a aposta de sua demanda por mudanças estruturais profundas. A centro-esquerda no poder foi incapaz de escolher um lado, por mais óbvio que ele fosse. Sobre o muro, virou alvo dos dois.

Quando as nuvens cinzentas da revolta jorraram tempestade, o fascismo já operava seu histórico oportunismo ao redor do mundo: já havia localizado causas genuínas do problema — o fosso entre representantes e representados na democracia liberal, o desempoderamento do cidadão comum, a inempregabilidade crônica

da classe trabalhadora — e deslocado a solução para as parcelas mais vulneráveis da sociedade. A receita da reação incluiu a moralização e a criminalização da política; a transformação da frustração do macho branco de meia-idade em valor moral; a racialização da precariedade econômica; o ataque às instituições liberais; a perversão do discurso científico; o estímulo à relação paranoica com a insegurança crônica das grandes metrópoles.

Quando os últimos ares de racionalidade evaporaram da discussão política e imperou a passionalidade desesperada do câmbio, o campo democrático já havia cedido ao inimigo o monopólio do discurso da mudança. “Tem que mudar isso daí, tá okey?” é o sinônimo bolsonarês para revolução. Apesar de todas as gritantes irregularidades que marcaram o pleito de 2018 — do golpe à prisão de Lula —, não podemos ignorar o fato de que venceu uma ideia de mudança radical.

A população fez a aposta numa contrarrevolução anti-humana, ancorada no ódio contra “tudo o que está aí”. Cansado de viver na beirada e alienado da imaginação política pela baixa intensidade crônica da democracia liberal, na qual as réguas da participação são o poder econômico e o perfil etnorracial, o Brasil profundo optou por se atirar no precipício. Diante da intangibilidade do verdadeiro algoz e da despolitização deliberadamente inoculada na sociedade pela grande mídia, estabeleceu-se o consenso fascistoide de que era preciso limpar o Brasil não da opressão real, mas do que era visualmente indesejável: o baixo banditismo urbano virou bode expiatório do crônico comportamento mafioso nos espaços de poder econômico e político; a guerra ao pobre substituiu a luta contra a pobreza; a desintegração econômica da nova classe média foi moralmente redirecionada à diversidade sexual e ao feminismo; o saldo da expropriação da capacidade produtiva nacional pela financeirização foi a criminalização do próprio setor produtivo; e a crise empregatícia recaiu sobre a promoção da diversidade nos ambientes de estudo e trabalho.

Do ponto de vista da base da pirâmide, a aposta na contrarrevolução não deixa de ser ousada, ainda que regressiva e irracional. É o salto de um país que experimentou um breve respiro

fora da miséria com a política petista de ampliação de uma categoria média de consumo. Mas por que demos um salto de costas para o fundo do poço? Por que fomos incapazes de mirar o futuro? Ainda que alguma ascensão social tenha de fato ocorrido dentro do petismo, a estrutura da pirâmide seguiu inalterada — a não ser pelo topo, que, impulsionado por um processo global de financeirização, se distanciou da base para além do atingível. Todas as classes subiram um pouco, mantendo seu lugar relativo na pirâmide, mas mudaram de lugar psicológico. A ilusão da ascensão sustentável (a certeza do pertencimento) e o paralelo e paradoxal reconhecimento de sua insustentabilidade (o risco de queda) fizeram emergir identificações de classe esquizofrênicas.

A classe média somou à sua histórica paranoia securitária as preocupações dos mais ricos, como forma de diferenciar-se dos antigos pobres que ascendiam a seus feudos tradicionais, como aeroportos, lojas e universidades. E a classe trabalhadora se viu na pele da classe média: economicamente empreendedora, sofrendo da mesma paranoia securitária. Em termos de políticas públicas, as classes média e baixa acabaram ironicamente aspirando ao que sempre haviam tido até a chegada do lulismo ao poder. No caso da primeira, isenção fiscal para quem está acima e estrangulamento tributário para si própria; no caso da segunda, o Estado reduzido à polícia.

Este contexto é importante para o livro que você tem em mãos, porque os textos a seguir são uma fotografia particular, visceral; um retrato deste momento histórico. Foram escritos no primeiro semestre do governo Bolsonaro, quando a letalidade policial ultrapassou barreiras históricas. De acordo com dados da Corregedoria da Polícia Militar de São Paulo, em março de 2019, as mortes causadas por policiais militares em serviço na cidade de São Paulo subiram 48% em relação ao mesmo período de 2018.¹

No primeiro semestre, o aumento de foi de 11,5%.² No mesmo período, um terço das mortes violentas no Rio de Janeiro foi causado por policiais, um recorde.³ Instigada pela retórica presidencial, a polícia sentiu-se ainda mais impelida a estabelecer a pena de morte

na rua, à revelia da institucionalidade.

Não que a vida negra no Brasil tenha sido muito menos abusada no breve período democrático. Mas a violência simbólica propagada a partir dos espaços de poder se materializa na sociedade. Por isso, da mesma maneira que o discurso bolsonarista legitima a agressão às parcelas sociais que ele considera descartáveis, a retórica inclusivista do período democrático, ainda que não freasse objetivamente o banho de sangue, evitava que ele se convertesse em algo desejável, em um valor social.

Ou seja, violência simbólica e objetiva caminham juntas. A legitimação pela via eleitoral do preconceito e da desumanização permite que se universalize no imaginário nacional a falácia de que existe um povo que vale tão pouco que pode morrer em nome da segurança de outra parcela da população. O subtexto desse postulado é que não há alternativa estratégica, técnica, econômica ou ideológica para a proteção da sociedade digna de ser protegida que não a eliminação completa daqueles que não fazem parte dela, por razões étnicas, econômicas, culturais, religiosas, de nacionalidade, de identidade de gênero, ou qualquer outra característica estigmatizante superficial.

O genocídio é o “preço a se pagar” pela segurança do “cidadão de bem”. Qualquer vítima inequivocamente inocente, como uma menininha de oito anos ou um garoto em uniforme escolar, vira sacrifício no altar da paranoia securitária. No discurso oficial, eles são dano colateral: morrem porque tem bandido no morro e é trabalho da polícia matar bandido, não porque nossa concepção de segurança criminaliza a pobreza como um todo. As ágathas e os marcos vinícius do Brasil são alvo porque moram na favela. O asfalto compactua com seus assassinatos porque, no fundo, acredita que, se merecessem viver, não viveriam ali.

Claro que esse pensamento remonta aos primeiros minutos da história desta terra enquanto país. Mas pense em expressões artísticas dos anos de retórica inclusivista, como o filme *Que horas ela volta*, de Anna Muylaert, e compare com um *Sintonia*, por exemplo. Como observado no artigo “Nem feios nem bonitos: uma resposta a Nelson Motta”, a série produzida por KondZilla mostra

uma periferia encurralada, sem alternativa. “Em outros momentos deste Brasil, talvez rolasse uma pretinha entrando na faculdade, com o sonho de ser juíza, médica, jornalista. Mas, no universo desta série, não tem uma favelada ou favelado sequer fazendo seu corre por um diploma universitário”.⁴

Essa é a constatação de que estamos na última trincheira do genocídio — e ela não é o assassinato físico de indivíduos, mas o disparo contra o direito coletivo de sonhar, a demolição da estrada para a construção do futuro. Vários dos autores e autoras que tiveram textos selecionados para esta coletânea relembram as origens escravocratas do drama negro contemporâneo. Mas, de forma sintomática, o afrofuturismo que tangenciou a recente primavera do feminismo negro parece ter desaparecido do imaginário. De todo o conjunto de textos aprovados ou não para este livro, nenhum falava de futuro. O sentimento geral é de clausura num cotidiano da violência, frequentemente retraçado até as desconhecidas raízes de nossas árvores genealógicas.

São palavras que nos fazem ver que, como tudo que o neoliberalismo oferece de pior, o fim da história chegou primeiro às bordas. Não pela chave positivista em que Francis Fukuyama forjou o conceito no clássico neoliberal *O fim da história e o último homem*,⁵ mas pela absoluta falta de esperança, não apenas na democracia representativa liberal, mas na própria vida. Os relatos a seguir são ásperos e têm cheiro de depressão. Muitas das pessoas negras que os redigiram parecem direcionar seu discurso não ao Estado perpetrador e ao capital legitimador do genocídio, mas à esquerda branca, última depositária da esperança de sensibilização. Se resta alguma empatia no Brasil, ela deve estar na esquerda branca.

Destilado nas próximas páginas se encontra o apelo de quem já está do outro lado da necropolítica e da necroeconomia. A partir de agora, quem falará com você, leitor e leitora brancos de classe média que acreditam num mundo mais inclusivo e solidário, são os mortos. São as marielles, os evaldos, as ágathas, os amarildos, as luanas, as cláudias, as matheusas. E os mortos clamam: não se

deprimam, lutem. Nós lutamos por obrigação, vocês, por consciência. Transformem a consciência em obrigação. Sejam a linha de frente nos protestos de faveladas e favelados pelo fim dos assassinatos. Sejam o corpo não matável que freará as balas da polícia. Ajudem a pavimentar futuro para aqueles que só existem no passado e, sabe-se lá até quando, no presente. Vistam a carne mais barata do mercado como sua própria. Sangrem conosco ou sangrem depois de nós. Só não pensem que vocês não entrarão na mira quando nossa fonte de sangue secar.

1 "Número de mortos em confrontos com policiais sobe 48%", em *Agora São Paulo*, 3 abr. 2019. Disponível em: <<https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2019/04/numero-de-mortos-em-confrontos-com-policiais-sobe-48.shtml>>. Acesso em: 4 out. 2019.

2 "Violência policial e desmate avançam na esteira de declarações de Bolsonaro", em *Folha de S. Paulo*, 9 ago. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/08/violencia-policial-e-desmate-avancam-na-esteira-de-declaracoes-de-bolsonaro.shtml>>. Acesso em: 4 out. 2019.

3 "Polícia do RJ cometeu 1 em cada 3 homicídios no estado em maio", em *Folha de S. Paulo*, 28 jun. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/06/policia-do-rj-cometeu-1-em-cada-3-homicidios-no-estado-em-maio.shtml>>. Acesso em: 4 out. 2019.

4 "Nem feios nem bonitos: uma resposta a Nelson Motta", em *Mídia Ninja*, 21 ago. 2019. Disponível em: <<http://midianinja.org/brunoramos/nem-feios-nem-bonitos-uma-resposta-a-nelson-motta/>>. Acesso em: 2 out. 2019.

5 No livro de 1992, o autor da Escola de Chicago parte curiosamente da máxima marxista de que a luta de classes é o motor da história para dizer que a democracia liberal se espalharia pelo mundo, a reboque da força do mercado, incluindo gradualmente todas as populações em uma orgia de consumo. As diferenças de classes seriam eliminadas por meio da integração a um único mercado global e, conseqüentemente, sob o estandarte da ideologia única, a história se reduziria a uma repetição *ad eternum* de relações de produção e consumo. Obviamente, a teoria morreu, não apenas porque a luta de classes não acabou, mas porque a tal classe média global, que se contentaria a reduzir todos os seus direitos à liberdade de consumo, nunca surgiu. Pelo contrário, sob o neoliberalismo, o mercado desregulado não universalizou a prosperidade mínima para a vida digna, mas enriqueceu os ricos e empobreceu os pobres.

Liliana Ripardo



Marcados pela cor

Liberdade é não ter medo.
— Nina Simone

Descobri desde cedo que não sou assim tão livre. Trago marcas, na minha cor, de minha ancestralidade.

Ancestrais. Memória. História. Com orgulho os reverencio.

Trago marcas de nossa história negra, escravizada. Privada da liberdade de viver. Tinha de sobreviver. Reverberam em minha alma os choros, lamentos das labutas e chibatadas, dos açoites e das mortes. Todas essas visões não me são vagas. Consigo ver, sentir em minha pele, na minha cor, os detalhes e as consequências de todas as marcas.

Notícia trágica repercute na mídia nacional. Eu abstraio as seguintes palavras: família, domingo, Rio de Janeiro, passeio, carro, rua cheia, oitenta tiros, correria, sangue, morte, terror. Estática e por frações de segundo, paro de respirar. Ouço uma voz vindo de longe. Minha mãe.

— Filha, foi no morro? Facção?

Eu volto a respirar fundo, profundo.

— Não, Exército atirou.

Minha mãe com olhos marejados, engolindo seco, com ar de terror na face, me diz:

— Filha, oitenta? Oitenta tiros?

Não respondo, ela sai da frente da tevê. Eu permaneço, diante da cena, em silêncio.

A tristeza me invade. O nojo me queima. Com meu choro eu engasgo. E o medo... Oitenta tiros cravaram em minha mente, em minha alma. Saio de perto da tevê. Ainda em choque, sento no chão da calçada de casa, vejo o movimento. Favela, periferia. Os meninos soltam pipa, as meninas brincam de esconde-esconde. O bar aberto, com os mesmos rostos. Acho que ninguém ainda viu a notícia. Notícia da guerra. Guerra civil. Aqui, a pátria amada mata os seus. O país de todas as cores e santos tem um alvo — e é um alvo preto.

Noticiário noturno atualiza as informações.

— Estima-se que mais de oitenta tiros atingiram o veículo. O senhor Evaldo dos Santos Rosa veio a óbito no local. Seguem internados o seu sogro, que também estava no veículo, e o catador de recicláveis que tentou ajudar.

Neste dia o silêncio tomou conta da rua, do bairro, de minha casa e principalmente do meu ser. Passei a noite em claro, com lápis e papel rascunhando o meu pesar. Senti na pele o arrepio da perda.

Relembrei a primeira vez que senti o preconceito por ser negra, ainda criança. Relembrei a morte de meu sobrinho, que, entrando na escola para estudar, se viu em meio a um tiroteio. Ele, sem culpa, sem conhecer os envolvidos, sem ao menos entender o que estava acontecendo, morreu. Ainda adolescente, cheio de sonhos. E o que foi feito? Os envolvidos foram soltos.

Aqui no meu país a justiça tem classe, tem cor. Os detentores da justiça, do poder de proteger, confundem furadeira com pistola, guarda-chuva com metralhadora. Mas confundir branco com negro, não.

Os dias passam, o terror ainda me queima. Ando pelas avenidas e me sinto alvo. As notícias se atualizam. O laudo confirma que 83 tiros atingiram o veículo. No total, foram mais de duzentos — duzentos — tiros disparados.

O ministro da Justiça: episódio lamentável. O presidente da República: incidente. O delegado que assumiu o caso: os militares fuzilaram um “cidadão de bem” por engano.

Lamentável? Incidente? Engano?

Meu amado país cresceu regado por sangue negro. Somos exterminados há anos. Oitenta e três tiros não é engano, é

assassinato, é um crime contra a humanidade. Nós, negros brasileiros, não queremos vingança. Queremos o que nos é garantido pela Constituição. Queremos justiça, igualdade e respeito.

Resistência é o sobrenome de todo negro que nasce aqui. Ecoam em minha mente, em meu espírito, os pedidos por liberdade dos meus ancestrais. Sou livre, sou alvo. Sou a razão, o resultado de anos de luta, labuta, e enquanto viver continuarei resistindo. Escreveremos, cantaremos e gritaremos, pois não há quem possa nos calar. Resistência reverbera em nosso sangue — preto.

Jamile Araújo



Eu gostaria de saber como seria se sentir livre

Depois de mais de três séculos resistindo e lutando contra a escravidão, e após mais de 130 anos de uma abolição que não libertou nem reparou — pelo contrário, lançou a população negra à própria sorte —, assistimos, ainda hoje, a enormes desigualdades entre negros e brancos no Brasil. Seja nos altos índices de desemprego e trabalho informal, na falta de acesso à saúde, na restrição do acesso à educação, na ausência de moradias dignas, seja na saúde mental abalada por tanta opressão ou nas balas que alvejam nossos corpos negros: o racismo aqui é estrutural. Anda colado ao patriarcado e ao capitalismo, para que o patrão lucre ainda mais e esteja nos espaços de decisão, enquanto mulheres, LGBTQTS e negros trabalhadores permaneçam aprisionados e submissos, longe dos espaços de poder.

Não consigo deixar de ficar tensa. É como se tivesse de estar sempre alerta. O racismo e o machismo não dão trégua. A cada uma hora e nove minutos — que por vezes é o tempo que levo para voltar para casa — já se foram pelo menos três pretinhos. Como vou relaxar ao andar sozinha nos caminhos da cidade? Como, se no carro alvejado com oitenta tiros poderia ser eu ou você, pretinho? Se no supermercado eu poderia ter sido impedida de respirar? Me diz como fazer, se a cor da minha pele é suficiente para decidirem se devo viver ou morrer?

Tenho pensado em como tanta notícia pesada nos adoece. Sabemos que nunca foi fácil. Mas a cada imagem, a cada pipoco, a gente que fica aqui vai morrendo um pouco, e vai perdendo a esperança. Outro dia, enquanto eu tomava banho, ouvi pelo menos quatro pipocos. Parei e gelei. Ouvi o som do helicóptero sobrevoando. Liguei a tevê e lá dizia que foi confronto. Depois de duas horas, pneus e lixo queimavam junto com a dor e a indignação. Uma dessas balas, que na favela nunca foram perdidas, acertou um inocente. Como não perder a esperança e continuar acreditando na possibilidade de mudança?

Um dia desses me sentia profundamente impotente e angustiada por ter de viver sempre alerta. Recebi uma música de uma amiga muito querida. A música era "I wish I knew how it would feel to be free", interpretada por Nina Simone, uma daquelas músicas que a gente quer cantar gritando — aquele grito e aquele desejo que vêm do fundo do coração, de querer que se tornem realidade.

Ela fala sobre liberdade. Uma tradução para seu título seria: "Eu gostaria de saber como seria se sentir livre". E eu fiquei pensando como deve ser não sentir esse peso todo nas costas. Como deve ser não viver com o peso de ser uma mulher preta da classe trabalhadora, que sabe que para nós é sempre "sem tempo, irmão". Nós, que sempre tivemos que trabalhar para sobreviver, que desde crianças lidamos com o machismo controlando nossos corpos e nossas vidas e moldando nossa sexualidade, condicionando com o que podemos brincar — porque há "brincadeiras de menino" e "brincadeiras de menina". Ou nas tarefas domésticas que assumimos, mesmo que a maioria dos meninos de nossa idade nunca tenha tido que fazer nada disso.

Nós, que crescemos sendo ensinadas que um homem, um príncipe encantado como na história da Cinderela, iria nos salvar com seu amor "verdadeiro". Que temos de ser mães ou não seremos mulheres realizadas, que somos ensinadas a cuidar de todos e todas — menos de nós mesmas. Que trabalharemos e nos submeteremos a tudo em nome do "amor incondicional", que, por obrigação, temos que dar a todas e todos por sermos mulheres. Mas se tem uma coisa que também sabemos é que, se somos uma mulher preta, as coisas

serão ainda piores.

Em "Vivendo de amor",⁶ bell hooks diz que "muitas mulheres negras sentem que em suas vidas existe pouco ou nenhum amor. Essa é uma de nossas verdades privadas que raramente são discutidas em público. Essa realidade é tão dolorosa que as mulheres negras raramente falam abertamente sobre isso". Eu penso muito nesse parágrafo, pois as consequências objetivas e subjetivas do racismo e do patriarcado em nossas vidas são enormes, e por vezes desconsideradas. Que amor é esse que querem que tenhamos por todos e todas, menos por nós mesmas? Que amor é esse que não inclui amar corpos negros? Que submete e fere, que abafa e prende?

Você pode pensar que é viagem minha, e que não é possível que uma simples música possa ter causado tanta reflexão. Mas foi isso e muito mais que a música me causou. Os olhos marejaram, a voz e as palavras de Nina Simone passaram pelo coração e me fizeram imaginar um mundo diferente. Em tempos como o que nós vivemos, de tanto retrocesso, de tanto adoecimento e certa desesperança, pensar um mundo diferente é emocionante, revolucionário e tem um valor fortíssimo.

Já pensou em como seria uma sociedade em que nós fôssemos todas e todos iguais, sem divisão de classes? Não haveria dominados e dominantes: o burguês safado que enriquece às nossas custas não existiria mais. Sem racismo. Negros não seriam encarcerados nem morreriam por serem negros. Marcus Vinicius, Pedro Gonzaga, Evaldo Rosa, Amarildo Dias de Souza, Cláudia Silva Ferreira e menino Joel estariam vivos, estampando álbuns de família e as estatísticas com recordes de felicidade. Sem patriarcado, mulheres não morreriam nem sofreriam violência por serem mulheres. Marielles, marias, franciscas, luizas e tantas outras estariam vivas e livres, sendo quem e estando onde elas quisessem. Poderiam ser professoras ou mecânicas, pois não teria isso de "trabalho de homem" e "trabalho de mulher". Lésbicas, gays, bissexuais e trans não morreriam nem sofreriam estupro corretivo ou apanhariam por não atenderem ao padrão heterossexista. Dandaras e felipes

andariam por aí dando *close*, rindo, colorindo e incendiando corações apenas de amor.

Quebraríamos todas as correntes que nos aprisionam e derrubaríamos todas as barreiras que nos impedem de exercer nossa liberdade. Nossa tarefa seria compartilhar amor. Seríamos livres para nos amar e amar os outros, não esperando nada em troca, mas respeitando. Não mais haveria concentração de renda: a única concentração que existiria seria a de pessoas felizes, empatia, solidariedade e amor.

Mais uma vez, você pode achar que é viagem minha, mas, como escreveu Eduardo Galeano, a utopia serve para que não deixemos de caminhar. E como nos ensinaram, a partir de suas histórias de luta, Dandara dos Palmares, Zumbi dos Palmares, Luiza Mahin, Luiz Gama, Teresa de Benguela, Maria Felipa, Negra Zeferina, Carlos Marighella, Helenira Rezende, Lélia Gonzales, Luiza Bairros, Makota Valdina e tantas outras lutadoras negras, será a partir da resistência ancestral, da organização e da luta que poderemos alcançar essa mudança.

⁶ "Living to Love", no original em inglês, escrito em 1993. Uma tradução deste artigo está disponível em: <<https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor/>>. Acesso em: 3 fev. 2020. [N.E.]



Corde pulsum tangite

Pariu um comercial de margarina: um menino altivo, uma menina doce. Juntou dois cachorros e pôs o retrato de todos sorrindo na sala de estar. Nunca soube muito bem se queria botar filho nesse mundo, mas a carreira do marido era conservadora. Segundo ele, “um militar sem filhos era visto com desconfiança na corporação”.

Agora, naquela foto, seus maiores amores e seus piores pesadelos.

Todos os dias, roía-se. Ela era a única culpada por aquele estigma na pele deles.

Deixava que eles corressem senhores de si na pracinha arborizada, apesar do horror de pensar que aquela gente estranhasse que estivessem entre eles. Deixava, mas sempre atenta, sempre com mil braços ágeis para interromper a discussão por causa da boneca, a briga por conta da bola. Não queria problemas com gente branca porque nunca se sabe o que eles podem fazer, já que são, por tradição, os donos do lugar.

Antes que viesse o “você sabe com quem está falando?”, ela puxava os filhos pela manga das camisas, resignada. Usava o discurso de “deixe disso”.

Mas era só medo mesmo.

Sempre teve pavor das histórias que trouxe consigo da periferia. Encastelou os filhos o quanto pôde. Sabe que lhes castrou a juventude, mas era incontrolável.

Gostava quando ainda eram pirralhos e escolhia a escola, a capoeira, o balezinho. Agora não havia mais arreios possíveis, eram adultos e caçoavam das suas profecias. Não que ela as tivesse inventado: estavam todos os dias nas folhas dos jornais, estampadas

em vermelho-desgraça. “Preto já tem a cor do asfalto. Quando cai, ninguém nota”, pensava.

Admitia só para si mesma: se pudesse, queria que eles embranquecessem.

Pedi para a filha alisar o cabelo, com jeitinho. Mas a menina era rebelde e dizia que tinha orgulho do pixaim.

Era tanta dor que represava, que lhe brotavam as lágrimas sem pedir licença. As mães todas sempre tinham medo de perder. As brancas tinham pavor das drogas. Ela pensava que aquelas mulheres viviam no mundo da lua. Seu medo tinha nome, tinha cor, tinha cheiro de pólvora: tiro.

Medo de polícia, de bala. Medo daquele vermelho no giroflex, a mesma cor das manchetes diárias. Seu pavor era daquela sirene de arauto da desgraça. Os olhos, os ouvidos sempre atentos. Podia ser aquela ligação na madrugada.

“Identidade de preto é a pele. Até você provar que tem pai e mãe, já levou dois tapas... ou duas balas”, pensava.

Vigiava todos através do celular.

Teve que deixar que eles, adultos, se fossem. Com o tempo, os projéteis que ilusionara começaram a perfurar a alma, e a fizeram refém da própria casa. Ouve estampidos e levanta da cama num pulo só. Um nó na garganta, suores, tremores. Regurgita o café assim que abre as notícias. O médico a afastou do trabalho, mas as pílulas não abafam a ânsia. Vive, há anos, à espera da primeira bala, do primeiro tiro.

É vítima de um fuzilamento imaginário, todos os dias.

Ou vêm as balas, ou o coração rebenta as fibras. É o que ceder primeiro.

Não será contabilizada na mancha criminal.



Cotidiano carioca

Som de helicópteros, o alarme matinal. Levanto da cama e já está claro. Aquele helicóptero continua zumbindo como um mosquito incômodo, fazendo-me lembrar que a manhã está repleta das pequenas coisas pelas quais deveria ser mais grato.

Meu pai com aquele obstinado hábito de conseguir acordar antes de todo mundo para preparar o café, ligar a televisão e ver o jornal, embora ele saiba que nada vai sair de bom dali. Meu irmão resistindo ao alarme — e ao barulho do helicóptero. O terceiro “soneca” de cinco minutos do seu celular é meu aviso para terminar rápido o café e usar o banheiro primeiro, caso não queira me atrasar. Minha mãe na cama. Em breve ela vai acordar. Vai olhar a porta fechada do meu quarto, arranjar um motivo para entrar e arrumar o que já está arrumado. Tirar do lugar o que acabei de colocar. Eu vou reclamar, sei bem. E também vou perder meia hora de conversa fiada, rabugenta.

Definitivamente, tem algo de poderoso nas pequenas coisas. Um manifesto inevitável desse puxar-empurrar que é a vida. Dos curtos passos para a frente que renovam nossas esperanças diante dos tantos passos para trás que abalam a nossa fé. Imperceptíveis alegrias no meio do caminho — as que importam. As que nos fazem resistir e seguir em frente para seguir empurrando mais um pouco. Luz no meio da escuridão. Luz sem a qual sequer se pode conceber a própria existência das trevas.

O som dos helicópteros persiste. Som que causa febre. Febre da mente. A introspecção matinal apenas me permitiu ouvir a manchete do jornal da manhã. Mais uma notícia da suposta “falência” do

Estado. A televisão, no seu trabalho diário de tentar convencer que aquele zumbido faz parte da rotina. “O Estado tem todo o direito de fazer valer o seu controle”, diz o âncora, quase como se acreditasse nisso, quase como se eu e você não soubéssemos que os que pagam o preço, enquanto os grandes senhores travam a sua guerra (às drogas), geralmente possuem CEP e tom de pele comum. Quão poderosa será a resistência das minhas pequenas memórias na cidade amaldiçoada?

Mais notícias e eu já suponho que seja o Estado fazendo valer seu “direito” de controle. Revistas, mortes e pessoas baleadas. Crianças que não podem ir à escola — que sequer abriu hoje. Pessoas que não podem ir ao trabalho — já que sequer vale o risco. Autodeclarados cidadãos de bem organizados — já que decidiram fazer a própria justiça em um bairro qualquer. “Ordem” torna-se a real face de sua luxúria, e violência, o seu fetiche. Tais cidadãos conferem o que consideram o justo castigo da execução iminente a quem estiver ouvindo música alta no celular. O desespero contraditório da resposta “ao crime” com outros crimes. Parte de mim sente pena por tão tosca ilusão da força como resposta rápida a tamanha desesperança; outra parte, nos seus momentos mais obscuros, acha impiedosamente patético. A verdade é que nenhum deles se parece comigo.

“Quanto tempo...”, o impulso infantil e ingênuo da voz que teima em não se calar na minha cabeça. “Quanto tempo...”, já quase num apelo a alguma força sobrenatural que possa interceder pela minha salvação. “Quanto tempo eu vou ter?”, e finalmente completo a cansativa frase sobre a qual evito pensar.

Às vezes sinto como se estivesse na prorrogação de um jogo de Copa do Mundo, ou então fazendo hora extra numa partida de xadrez com a morte. Ganho os minutos que forem possíveis para retardar que o próximo seja eu. Orando pela oportunidade de manter a partida por mais um tempo. A implacável probabilidade estatística da derrota iminente se confunde, no meu caso, com a predestinação de perdê-la um pouco mais cedo do que outros, curiosamente, diferentes de mim. Implorando discretamente para que esse embate — o máximo que qualquer pessoa possa ousar

almejar — não seja bruscamente interrompido por um guarda-chuva ou uma furadeira confundida com uma arma. Ou simplesmente por estar andando no lugar e na hora errados.

“Eu definitivamente devo estar exagerando... eu definitivamente devo...”

Mais notícias. Desta vez, uma festa de criança dispersada com bala em algum pedaço da periferia da cidade amaldiçoada. Estranho lembrar das próprias festas e pensar que bala era um motivo para juntar a criançada. “Quanto tempo...”, insistem teimosamente meus pensamentos revoltosos, agora em um infrutífero esforço de raciocínio, como toda tentativa de resposta racional às questões que uma pessoa não pode controlar. Reajo contra a voz que me dita a ser triste. “Você ainda possui memórias pelas quais ser grato...”, contra-ataca minha razão, em um esforço atormentador por sobriedade. Melhor não incomodar Deus com problemas tão pequenos.

Minutos de silêncio se transformam em algumas horas de paz — ilusão de paz de espírito. Na cidade amaldiçoada, é tudo o que há... até que os sons de uma arma que você desconhece venham, mais uma vez, te trazer de volta à realidade. Primeira rajada. Segunda rajada. Não mais. Aqui a serenidade toma a forma da imprudência. Já foi o tempo em que me perguntava: “Quem morreu agora?”. Fazem parte de um passado distante os momentos em que me questionava se a calma que vinha depois era mais amedrontadora que a tormenta que a precedia. Silêncio de novo. O relógio diz que é hora de sair para o trabalho. O instinto, como animal acuado, indaga se já é possível sair para o trabalho. Se já é possível viver. Se é possível existir.

Na porta, ao longe, diz minha mãe para tomar cuidado, pois “os hómi tão tudo atacado hoje”. De maneira tão natural, como se esperasse a mentira que sempre conto, “o casaco tá na bolsa caso fique mais frio”. Bato a porta prometendo a mim mesmo, sem muita convicção, que o dia seguinte vai ser diferente. Que não vou quebrar. Que as pequenas memórias serão meu escudo contra a absurda comédia na qual naufraga o mundo à minha volta. Que serão o último refúgio, o anexo da alma.

Eu não tenho a menor ideia do motivo pelo qual estou colocando as minhas dores neste papel. Nos meus melhores dias tento acreditar, sem muito sucesso, que apenas desejo combater a minha invisibilidade. Nos meus maiores devaneios confio que essas palavras jamais serão arranhadas ou desrespeitadas; que são a minha forma particular de sobrevida, uma maneira de oferecer ao meu espírito a tão negada paz, caso subitamente a morte venha me buscar. Não a temo. Receio apenas não ter o privilégio de poder descansar após sua chegada, e a dor dos que me conheceram diante da difamação carregada pelo rótulo de “traficante” ou “bandido”, das automáticas justificativas para que tudo seja natural: a complacência vociferante de que eu mereci.

Possivelmente, escrevo para fazer da memória de quem está lendo uma arma contra a eventualidade de, por um descuido, não estar mais aqui. Fazer qualquer um compreender que, seja qual for a coisa que possam vir a achar — ou criar — sobre meu passado, isso não diz quem sou. Ou que não deveria legitimar a minha ausência por mais que não seja a vítima perfeita e imaculada. Não vão apagar tão facilmente o meu nome, me transformar em mera estatística. Fazer dar a impressão de que seja tudo parte de um plano para que quase ninguém se incomode (por mais que o plano seja horripilante). Talvez, e somente talvez, seja a minha forma de acreditar que não morrerei enquanto se lembrarem de mim. Que eu poderia ter te visto, te amado, conversado com você, e você comigo. Conhecido os seus medos, anseios e receios, e você, os meus. Que sentirá a minha falta mesmo não me conhecendo. Que tantos outros não deixarão ser mais um outro dia permeado pelo cheiro da morte, tão presente e inebriante que chega a entorpecer a nossa vontade de reagir.

O céu está claro mais uma vez. Um novo dia. O pequeno privilégio da vez é se deixar acreditar na promissora tranquilidade de que foi o alarme do celular que te acordou hoje. Até deu para ouvir os pássaros. Mais minutos de silêncio e algumas horas de paz na cidade amaldiçoada. Mais uma vez pronto para ser testado. A visão do concreto dominado por homens de verde, fuzis de guerra e carros de combate. A minha rua. A rua seguinte. A próxima também. Tomada

por visões de cinza e visões de verde nas quais os tanques ganham a forma de verdadeiros mensageiros do apocalipse. Visões de preto. Preto como você. Preto como aqueles soldados. Preta como aquelas crianças da festa. Preto como os revistadores. Preto como os revistados. Preto como os mortos. Preto de luto. O Estado, um plano perfeito de submissão do preto. Como legítimo moedor de carne, mata os dois lados da “guerra” que cria para alimentar sua dominação. Da carne mais barata do mercado. Guerra da rua, verdadeira guerra da alma. Me apego ao pensamento de que ser negro nas margens da cidade amaldiçoada seja como ser um diamante. Nascido sob intensa pressão e altas temperaturas, talvez não exista nada mais belo — e mais resistente. Pensamento útil, caso você não esteja morto.

Divagações interrompidas pela incômoda e estranha cumplicidade de uma rápida troca de olhares com um dos de verde (e preto). Vendo-o ao lado do blindado, sinto a proximidade desagradável da morte na curiosidade expressada por aqueles olhos diante da minha presença, e me lembro de que os mortos não divagam e muito menos criam canções. O Estado diz “xeque”. Hora de o rei cair. Conseguiria minha mãe aguentar a dor? Se reergueria minha família? Recomeçariam os meus amigos? Sucumbiriam à dor, como tantas e tantas outras histórias que vi? Ouvi uma vez que debocharam depois de atirar. Eu deveria ter dado um beijo nela. Ter-lhes dito que os amo. Ter avisado aonde ia. Ter... Então, subitamente, deixo de despertar a sua curiosidade. Por um motivo que jamais me será revelado, e que continuará a assombrar meus dias, a atenção da morte encarnada de verde se vira a assuntos mais urgentes, por enquanto. Horóscopo do dia: “Não era eu”. Egoísmo implícito no meu suspiro recriminado pela palavra que completa a frase: não era eu, “ainda”.

Vejo ao longe o ônibus que vai me levar ao trabalho enquanto corro até o ponto. Estou quase atrasado. Apenas mais um dia monótono na cidade amaldiçoada, fazendo da naturalização da brutal realidade fantástica um mecanismo de defesa. A despeito de muitos crimes e despedidas, estar vivo é a mais monumental das conquistas — ouvi isso uma vez. Martelam a minha mente as

mesmas palavras, as mesmas vozes, os mesmos anseios, os mesmos medos, paralelamente ao ônibus cortando o concreto. Meus tormentos diários deixam a lição de como necessita de mais bravura o contentamento que o sofrimento. Afinal, ao último, estamos mais do que habituados.



Vidas negras não importam

Mais de oitenta tiros em um carro, qualquer que fosse a justificativa. Bem mais, na verdade: 257 projéteis. Sem reação contrária. Antes, 111 disparos contra outro automóvel. Sem confronto registrado. Uma mulher detida arrastada no asfalto por uma viatura. Morta. Um disparo certo na cabeça e o samurai Jean foi ao chão sem direito a uma luta justa. São apenas alguns casos recentes que vieram à luz.

Vocês não se importam. A indignação virtual em *posts* engajados e conversas lamentosas vão sumir com o burburinho sobre o próximo jogo de futebol e o novo capítulo da novela, ou com a comoção pela próxima tragédia (vai chover, a cidade vai alagar, encostas vão deslizar...). Além de toda a raiva, o que me deixa puto é o branco ar de surpresa. Pra quem? Caralho, em que realidade vocês estão vivendo?! Sim, vai acontecer de novo em uma esquina qualquer. Está acontecendo.

As manchetes fazem questão de não nomear as coisas: "morreu", "atingidos", "bala perdida", "suspeita de assalto", "confundidos", "forte emoção", "antecedentes criminais", "atitude incomum", "relato de confronto", "bandidos", "excludente de ilicitude"... Vamos ser factuais sobre o que ocorreu e tem sido rotina? Fuzilamento. Execução. Massacre. Tá longe de ser inédito, porra! É ação continuada de organizações criminosas — estas, com uniformes oficiais dos governos, ombreiam com as marginais. O Estado é violento e se mantém como máquina de moer crioulo porque está

estruturado assim. Políticos, Exército, Polícias, Judiciário, Imprensa... Esse é o sistema. E você, negro, fardado, sonhando em mudar por dentro ou apenas cumprindo o que lhe é ordenado — porque você é melhor que os outros pretos — para provar (a quem?) que superará quaisquer barreiras, será descartado. Você mata, você é o que mais morre. Guerra monocromática. (Curiosamente, o dedo não coça no gatilho do soldado de chumbo quando o alvo é branco.)

Existimos. Temos nomes. As famílias de Evaldo Rosa dos Santos e de Luciano Macedo foram destroçadas. Um grupo de doze militares não hesitou em violentar um grupo de negros. A gente não poderá ouvir o som do cara num próximo show nem trocar ideia com um cara cujo último gesto foi pôr em risco a própria vida pra ajudar um desconhecido. Luciana, Daniel e um menino de sete anos... Dayana, uma menina que ainda não nasceu... Quem atirou foi, sim, a instituição por meio de, neste caso, doze capangas. Sem responsabilidade, sem análise, sem mediação, sem empatia, sem pudor. Mais de oitenta tiros — e agora sabemos que foram bem mais.

Com dinheiro, sem dinheiro, formado, mendigo, de terno, funkeiro, agressivo, dócil... Você seguirá suspeito porque preto; você seguirá diferente porque preto; você seguirá exceção porque preto; você seguirá sem direitos porque preto; você seguirá definido pela ficha criminal porque preto; você seguirá eLivros de suas potencialidades porque preto; você seguirá preto porque preto. Pare de gritar pra pararem de disparar porque você é trabalhador ou estudante: não interessa. O sangue retinto pisado é vermelho, como os outros, mas não vale merda nenhuma. É uma sujeira desagradável que dá alguma audiência e vai ser lavada do chão pelos garis — pretos.

Em qualquer sociedade minimamente regida por alguma percepção de bem-estar social, por princípios de igualdade ou pela mera comunhão do conceito de fraternidade, a cidade do Rio de Janeiro estaria em convulsão e o país, mobilizado em torno deste caso. Nenhuma das principais autoridades da nação se manifestou nas primeiras 24 horas depois do crime. O que se seguiu foram tergiversações de subordinados sobre investigar e apurar. O presidente da República, o governador do estado, o ministro da

Justiça e Segurança Pública, o ministro da Defesa — todos desdenharam. Duzentos e cinquenta e sete *fucking* tiros! E vocês pedindo “cautela” para não enquadrar todos como fascistas. Vidas negras não importam — inclusive, para muitos negros.

Talvez seja isso aí mesmo, e você seja escolhido para ser aquele preto de estimação de uma turma descolada descolorida. Sonhe com igualdade a partir de uma casta de desembargadores, juízes, promotores e advogados emaranhada com milícias, delirando em roteiros hollywoodianos e planejando leis que deem carta — adivinhem? — branca para o Estado massacrar (e ele mesmo “julgar” sem o escrutínio social). Convenientemente, para isso o “monstro estatal” é útil aos liberais — ei, psiu, para os estatistas também.

Eu choro, vomito e sinto a queimação do chumbo percorrendo os buracos cravados na minha pele. Não vale nada. Você vai levar uma vida certinha, ser um bom cidadão, construir família, votar de dois em dois anos, pagar seus impostos e ser metralhado. Paz? Eu espero pela Revolução Haitiana do povo preto do lado de baixo do Equador. Não somos minoria, e quando entendermos isso seremos, sim, potência, não um nicho de mercado guiado por *influencers* em busca da próxima permuta. Revolta com amor? Passeata? Abraçar a Lagoa? Não querem facilitar o acesso às armas? Pois renasçamos Panteras Negras e veremos na cabecinha de quem enfiaremos muitos cartuchos de “diálogo”.

Branco, eu sei que vocês não se importam. Somos, quando muito, notas de rodapé. Não queremos ser parabenizados por resistir: não é escolha, é sobrevivência. Vocês alcançam a complexidade que é transformar sair de chinelo, namorar alguém da mesma etnia, fazer faculdade, gerar uma vida ou ter o direito de esquecer os documentos em casa em atos políticos por si só? Pois é... Surpreendam-se com as notícias do dia, lamentando a insegurança do mundo, enquanto o seu café *latte* está na temperatura ideal e seu nome, escrito corretamente no copo: na verdade, um protesto a ser anunciado em voz alta para a pequena audiência, constrangendo, contudo, apenas o atendente — preto. A tomada de poder pelos descendentes da realeza ancestral não será

televisada. Nem tuitada.

Letícia Miranda



A força do estômago e o combate ao terror

O som de um tiro é inconfundível. O ardor de uma morte é um grito inaudito, um assombro; é absurdamente assustador. O engano vem das mãos que seguram fuzis. Os civis são cotidianamente confundidos com criminosos; uma bala, quando sai de um fuzil, nunca se perde, sempre encontra lugar.

Gravamos estatísticas, decoramos nomes, casos, faces. Tentamos manter corpos matáveis minimamente vivos. A memória é uma tentativa de suportar o terror de uma vida cercada pelo medo.

O tom da pele é um sinal de risco.

Quem já viu sangue humano no asfalto não confunde morte com incidente, não vê poder policial como segurança.

Desde a infância ouvindo que é preciso o dobro de esforço. O estômago tem que ser forte para suportar o soco duro e seco. Desde a infância ouvindo que é preciso prezar pelas formas de sobrevivência, pelas formas de não ser suspeito, pelas formas de permanecer invisível. Melhor é se manter vivo.

E o estômago, esse motor da vida, que nem sempre se alimenta, garante o sustento do soco. O estômago precisa se manter forte, se manter firme. Se manter a todo custo.

Colocado para receber o soco inevitável, é preciso o dobro de força para manter a vida, para se manter na vida. É preciso o dobro para se colocar na vida, para tentar chegar a algum lugar dentro da vida. É preciso querer muito a vida para estar na vida, para se colocar na vida. E é preciso lembrar dos ensinamentos da infância que te colocam na vida, que te puxam para a vida.

Para ser morto a tiros não precisa muito.

Quando um corpo negro é estirado no chão, a primeira constatação do Estado Brasileiro Genocida é celebrar o fim de um suspeito. Menos um suspeito no Brasil. O país do cidadão de bem irá seguir mais seguro. Menos um corpo negro no mundo. A escória sendo exterminada. O Governo Federal Genocida celebra o fim de mais um vagabundo-favelado-futuro-criminoso.

A prevenção do Estado Brasileiro Genocida é dar fim aos modos de vida.

A preservação da vida vem por meio do fuzil.

No dia 7 de abril, em Guadalupe, no estado do Rio de Janeiro, militares do Exército Brasileiro Genocida dispararam mais de duzentos tiros de fuzil. Oitenta e três deles atingiram o veículo de Evaldo Rosa. Evaldo não teve tempo de emitir qualquer palavra. Evaldo não foi ouvido. Foi visto como alvo. O músico morreu dentro de seu carro, na presença da família. O catador de papel Luciano Macedo presenciou a cena e tentou prestar socorro. Infelizmente, faleceu onze dias depois.

É preciso ter o estômago de ferro para escutar o subprocurador-geral do Ministério Público Militar Genocida, Roberto Coutinho, dizer que a Justiça Militar Genocida não pode ceder à — ou seja, acolher a — opinião pública. A Justiça Militar Genocida não pode concordar com os civis que estão cansados de ser mortos por ledos enganos e balas perdidas, que infelizmente encontram corpos inocentes nas ruas. Isso porque a opinião pública é sensível ao impacto midiático. Isso porque a opinião pública é sensível à vida. Afinal, não há como ser sensível à existência de corpos negros.

O massacre é da conta de outros; o massacre de outros. Essa é a visão do Estado Brasileiro Genocida.

O terror que assombra todos aqueles que se parecem com Evaldo não passa. O terror que acomete aqueles que são semelhantes a Luciano não vai embora.

O Estado brasileiro é genocida quando afirma que não matou ninguém. O Estado brasileiro é genocida quando usa um pronome indefinido para nomear um cidadão morto brutalmente na frente da família. O Estado brasileiro é genocida quando demora seis dias para

lamentar um assassinato assombroso.

O governo brasileiro não é composto por malucos, mas por mentes medíocres, preguiçosas e desonestas.

Racismo não é coisa rara no Brasil. O racismo mata, sistematicamente.

A cada 23 minutos, um jovem negro é assassinado no país. Um jovem negro é morto a cada 23 minutos. Um jovem negro.

Uma família indo para um chá de bebê não é suspeita. Uma criança segurando um saquinho de pipoca não é suspeita. Um menino a caminho da escola, uniformizado, abrigando-se de um tiroteio, não é um alvo. Um corpo negro não é um alvo.

Um corpo negro é potência. Um corpo negro é vida.

Jonatas Bispo



A morte de todos os dias

Belchior disse que ano passado ele tinha morrido, mas que neste ano ele não morreria. Mas eu morro, revivo e vivo todos os dias. Desculpa, Belchior, mas não consigo parar de morrer. Sim, eu sempre morro, morro de fome, morro de sede, morro de bala perdida e de bala achada, morro com oitenta tiros e morro ao segurar uma furadeira, até morri com um guarda-chuva, acredita?! Bem, Belchior, morri até ocupando um cargo de vereadora, mesmo sendo uma das mais votadas. Para ser exato, morro a cada 23 minutos, morro até asfixiado por segurança. Para te ser sincero, este texto nem deveria ter linhas, pois eu não deveria estar vivo. Parece que ando contrariando as estatísticas, pelo menos por enquanto, e enquanto estou, digo que vivo, vivo mesmo morrendo, vivo porque resisto e insisto, mesmo com todos me matando. E não falo apenas de tirar a vida: matam minha autoestima, me matam com olhares e segregações, com palavras e ações, tiram meu emprego, riem do meu cabelo, matam minha identidade, apagam minha descendência, e nem por isso deixo de reviver, porque aprendi a ser forte na marra, e aprendi que sou mais forte com os meus, aprendi que povo preto unido é povo preto forte, e que quando estamos assim podemos morrer e reviver quantas vezes for preciso, até quando eu não precisar reviver, até quando tomarmos o poder, e acredite, estamos muito mais perto a cada minuto que passa. Passarei a morrer cada vez menos e viver sem precisar reviver, cada vez mais. Matem-me quantas vezes for preciso, reviverei.



E se fosse um único tiro?

Se fosse um tiro, não haveria chamada para livro. Como acontece todos os dias, não saberiam o nome do sr. Evaldo. Não saberiam que tinha família, que o filho o viu ser executado. Vocês não saberiam e não teriam interesse em saber.

A visibilidade das mortes negras vem com o exagero. Foram oitenta tiros, foram 111 tiros, Claudia foi arrastada, Luana, espancada na frente do filho. As mortes que ainda fogem das que foram naturalizadas se tornam visíveis. Se o sr. Evaldo fosse executado com um tiro em cima de uma moto, por exemplo, as narrativas de “era bandido”, “atirou primeiro”, “fomos recebidos com tiros”, “foi um confronto”, “era traficante” seriam imediatamente acolhidas, como acontece todos os dias.

Ainda não é sobre as mortes, mas sobre como se mata. Oitenta tiros é um exagero: neste caso, não dá mesmo para encobrir, não dá para não falar. Mas falemos por alguns dias, prendamos alguns agentes temporariamente. Talvez, após muitos anos de processo judicial, haja responsabilização, mas culpar e apontar o dedo, não, o julgamento social é destinado para a família. A punição e a responsabilidade permanecem atreladas a nós.

Nós teremos que conviver com o julgamento social que nossas mortes carregam: o adoecimento psicológico, o trauma, a desesperança nos atingem como tiros — e, para nós, um basta. Não falamos, portanto, de uma morte por oitenta tiros; falamos de mortes por incontáveis tiros e pelo que acompanha cada uma delas, seja a perversidade das notícias punitivistas de jornal, justificativas mentirosas, deboches, seja a “boa intenção” de avatares com

marcas de tiros para o perfil do Facebook. Os desdobramentos do extermínio pela bala carregam nosso adoecimento.

Nós somos punidos com as mortes dos nossos. A necessidade de contra-argumentar narrativas que afirmam que oitenta tiros são um “acidente” ou “engano” é uma das facetas dessa punição.

E gritamos: Estamos morrendo! Parem de nos matar! Extermínio! Estado genocida! Oitenta tiros! 111 tiros! Onde está Amarildo?! Vidas negras importam! Jovem negro vivo! Abolição inconclusa! Racismo! Mas as palavras já não dizem, como escreveu Eliane Brum.⁷ Reproduzem-se em palestras, marchas, manifestos, pesquisas, mas nossas vozes não comunicam. Nosso sangue tampouco.

Então, e se fosse um único tiro?

Morte é perda, e a cada 23 minutos estamos perdendo fisicamente. Há 450 anos resistimos para não nos perdermos por completo pelas ações de subtração do futuro de nossas vidas negras. A execução contra pessoas negras é pública, coletiva, repentina, racializada e contínua; mata-se o jovem, morrem juntos a mãe, a família, os amigos, o bairro, a comunidade, a população — negra. Não é possível vida plena em meio à naturalização de mortes violentas, em meio à invisibilidade da importância que uma pessoa carrega consigo, a invisibilidade da alegria que uma pessoa causa em outra pessoa. Não vivemos em plenitude, pois as vidas levadas pelo racismo excluem qualquer traço de humanidade de toda a sociedade.

E pode-se dizer que não é só a bala. O racismo acontece muito antes de a bala atingir o corpo; o racismo permanece depois que o corpo não possui mais sobrevida, na morte lenta e dolorosa das famílias, no luto contínuo e profundo que se perpetua na rotina da casa, da escola, do trabalho, das refeições, do abraço que não pode mais ser dado.

Somos obrigadas, a cada morte negra, a afirmar que não somos culpadas. O lema do Movimento Mães de Maio é “nosso mortos têm voz”, porque são essas mães que precisam reproduzir a verdade dos fatos, fazer a própria investigação, contra-argumentar quando

perguntam: “Seu filho tinha passagem?”, como se uma resposta afirmativa justificasse o sentimento de alívio de “um a menos”.

Nossas mortes estão relacionadas com uma falsa sensação de segurança pública; quanto menos de nós existirmos, mais segura a sociedade — branca — se sente. As relações de poder que estruturam nossas mortes explicitam que a presença de pessoas negras em locais não marginalizados ou não subalternizados impõe uma sensação de insegurança. A hierarquia social em que pessoas negras não possuem qualquer igualdade material em relação a pessoas brancas legítima, por exemplo, a morte por asfixia de uma pessoa negra dentro de um supermercado por um agente de “segurança”.

Fundamentando-me em Cida Bento,⁸ a criação do branco como universal, como padrão de humanidade, ao mesmo tempo que a imagem do negro é moldada em cima do perigoso, como um problema a ser resolvido, resulta no contexto que vivenciamos hoje: a execução em plena luz do dia, numa avenida movimentada, de um homem na frente do filho e da companheira não tira o apetite da hora do almoço de quem assiste. Podemos passar essa história como “tragédia” no jornal do meio-dia em televisões espalhadas por cozinhas e restaurantes no Brasil, e tudo continuará na plena tranquilidade. Haverá quem duvide que o sr. Evaldo estava, de fato, somente dirigindo para um chá de bebê. Por quê? Porque os srs. Evaldos, negros, precisam a todo instante reafirmar que estão próximos da humanidade, do modelo branco inatingível de comportamento.

A sociedade hegemônica busca nos moldar de acordo com a conveniência que a violência imputada contra nós solicita para se manter legítima. Somos, portanto, escravizados, vadios, perigosos, delinquentes, marginais, vagabundos, bandidos, ladrões, traficantes: inimigos.

*Negra! E me senti negra,
Negra! Como eles diziam*

Negra! E retrocedi
Negra! Como eles queriam
Negra! E odiei meus cabelos e meus lábios grossos
e mirei apenada minha carne tostada
E retrocedi
Negra! E retrocedi...⁹

E continuamos obrigadas a provar que não somos culpadas por nossas mortes.

Falemos de justiça. Compartilho que não estou convicta de que a justiça é capaz de nos retirar desse lugar desumano, pois negros somos.

A justiça enquanto ferramenta de esperança individualista não será nossa revolução: no máximo, será nossa válvula de escape, como foram as cartas de alforria, como foram as rotas aos quilombos, como foram os recados em nossos quitutes, nossas revoltas. Sem desvalorizar nossas mobilizações de sobrevivência, mas, ao contrário, reconhecendo que utilizamos muito bem as brechas do sistema a favor de nossa resistência, é preciso ter como norte que "as ferramentas do mestre nunca irão dismantelar a casa-grande"¹⁰ e agir com a convicção de que é essencial construirmos nossos próprios instrumentos de materialização da plenitude de nossa vivência.

Penso que a justiça é nosso eufemismo. Podemos chamar de justiça nossa raiva, nossa dor, não porque mereça camuflar nossos sentimentos, mas porque, talvez, tenhamos medo do que podemos fazer ao darmos nome e sobrenome às nossas lutas e conquistas. Nossas mortes não acontecem em vão, por acaso, por coincidência; acontecem porque o Estado e suas instituições gerem a marginalização de pessoas negras por meio de extermínios — fáticos e simbólicos.

Nossas ações políticas de resistência se enraízam quando nos damos conta da estrutura que tenta nos excluir ao mesmo tempo que nos força a elevar nossas potencialidades. Nossa presença liberta outras pessoas. Como Conceição Evaristo descreve:

não falo da “fortaleza” incutida no imaginário que se tem de um povo negro que não sente dor, que está sempre a cantar, que tem uma alegria já por herança... Esse imaginário não nos reconhece como seres humanos, com alegrias, tristezas, solidão. Esse imaginário retira nossa vulnerabilidade humana. Essa ideia de fortaleza a gente não reconhece.¹¹

Falamos de uma fortaleza que instrumentaliza os mecanismos dispostos, reconhecendo seus limites, e que consegue se manter resiliente e presente. Estamos em ações públicas, políticas, de resistência, de reconhecimento, de produção de conhecimento.

Afinal compreendi

AFINAL

Já não retrocedo

AFINAL

E avanço segura

AFINAL

Avanço e espero

AFINAL

*E bendigo aos céus porque quis Deus que negro
azeviche fosse minha cor*

E já compreendi

AFINAL

Já tenho a chave! NEGRO NEGRO NEGRO NEGRO

*Negra sou!*¹²

Toda estrutura é implodida pela base. Contra o racismo não será diferente. São os movimentos e coletivos de base, o diálogo nas periferias e o fortalecimento das ações políticas que historicamente ocorrem nos territórios que causarão a reestruturação social. A compreensão de diversas realidades, das necessidades de cada território, é a chave para que exista troca e para que se desnaturalizem as violências instauradas pelo Estado nesses espaços.

Indignem-se pelas nossas perdas, e não pela quantidade de tiros. Quando isso ocorrer, perceberão que as ações políticas estão nas

ruas e em nossas literaturas há séculos. Sou porque somos.

7 CARAMANTE, André. *Mães em luta: dez anos dos crimes de maio de 2016*. São Paulo: Ponte Jornalismo, 2016.

8 BENTO, Maria Aparecida Silva. "Branqueamento e branquitude no Brasil", em CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002, pp. 25-8.

9 Trecho do poema-performance da artista afro-peruana Victoria Santa Cruz, "Me gritaron negra" [Me gritaram negra], de 1978. Tradução livre. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=cHr8DTNRZdg>>. Acesso em: 3 fev. 2020. [N.E.]

10 LORDE, Audre. "As ferramentas do senhor nunca derrubarão a casa-grande", em LORDE, Audre. *Irmã outsider*. Trad. Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2019, p. 135-40. [N.E.]

11 "É preciso questionar as regras que me fizeram ser reconhecida apenas aos 71 anos, diz escritora", em *BBC*, 9 mar. 2018. Disponível em:

<<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43324948>>. Acesso em: 3 fev. 2020.

12 Trecho do poema-performance da artista afro-peruana Victoria Santa Cruz, "Me gritaron negra" [Me gritaram negra], de 1978. Tradução livre. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=cHr8DTNRZdg>>. Acesso em: 3 fev. 2020. [N.E.]



Oitenta tiros por engano, vocífero

Um tiro nas costas do adolescente preto “porque o fuzil tava torto”. Cláudia foi arrastada viva pela polícia no asfalto até morrer porque “ninguém percebeu, ninguém viu” que ela estava ali dependurada. Cento e onze tiros nos cinco adolescentes pretos porque “foram confundidos” com bandidos, já que, afinal, na cabeça de uma sociedade racista, bandidos têm pele preta. Nove tiros, no mínimo, foram disparados contra Marielle Franco, vereadora negra que denunciava todo esse genocídio institucionalizado.

Quando é que vamos falar seriamente em racismo, em racismo institucional? Seriamente, que eu digo, é com gente branca fazendo autorrevisão, autocrítica, sentindo vergonha de si, entendeu? Se você não compreende essa fratura violenta de nosso corpo social, você é agente do racismo. Se você se isenta de qualquer reflexão ou simplifica o problema racial brasileiro, você é parte dele. Se você não se pergunta de que maneira a sua branquitude sustenta essa estrutura, você opera pela sua manutenção de privilégios, que recorre à exploração das vidas pretas e à perpetuação do racismo. Esse problema da cabeça dos brancos e não negros, o racismo, é violentamente cínico. E quando ele se desloca para o plano institucional, fica cínico e funesto. Mata, e diz que foi engano. Encarcera, e diz que confundiu os rostos — mas nunca confundem a cor da pele. Racismo institucional é isso: um projeto de poder com sede de extermínio da população negra apenas por ser negra. Ouso dizer que é uma política pública silenciosa cravada no inconsciente coletivo do psiquismo brasileiro. Ao instante da violência brutal perpetrada pelos agentes do racismo, não interessa o que estejamos

fazendo, quem somos, se estamos indo para um chá de bebê, se voltamos da comemoração do nosso próprio aniversário. Pouco importa qual é a nossa história. Não interessa se somos professores universitários, arteterapeutas, músicos, atores, advogadas, médicas, psicólogos, se temos família, se temos sonhos ou se trabalhamos explorados, humilhados em subempregos de servidão compulsória nos quais a estrutura racial adora nos manter de modo perpétuo. Quando o fuzil nos determina a sentença de morte, só a nossa pele preta foi enxergada e imediatamente criminalizada. A pele preta é criminalizada; a pele branca nunca é, nunca foi e nunca será criminalizada, mesmo que a história do povo branco pelo mundo seja a de promover abertamente tantos crimes e violências. Ser preto, para os racistas, corresponde a tudo o que é ruim, feio e mau — e que, portanto, precisa ser apagado, dizimado, silenciado, sobretudo quando não servir para ao menos beneficiar os donos do poder. Ser pessoa preta é ser sempre alvo. Se eu morresse hoje, por “acidente com o fuzil”, logo apareceriam racistas empenhados em “justificar” meu extermínio dizendo que eu trabalho no tráfico ou tenho ligação com milicianos, porque gente preta não tem paz nem pra morrer. Nunca diriam o contrário: que eu trabalho pela saúde mental de quem faz uso problemático de substâncias psicoativas no Sistema Único de Saúde (sus), em risco num território dominado por milícias; nem diriam os racistas que eu milito em defesa do sus, da saúde integral da população negra; jamais fariam sobre os meus diplomas acadêmicos, tampouco que eu empunho tantas bandeiras politicamente minoritárias, ou que eu respiro arte todos os dias da minha vida.

Cara gente branca e não negra de minha vida, de meu convívio, de minha família, estou a abrir meu coração direcionada a vossa condição histórica.

Desenvolvi e tenho, hoje, a consciência, a partir do entendimento histórico que me constitui desde minha ancestralidade sequestrada de algum país da África (me foi arrancado o direito de saber que país é esse), de que gente branca não nos tem feito bem, não apenas historicamente, mas inclusive nos detalhes que permeiam suas relações conosco. Lamento dizer isso, mas essa é a verdade a

que chegamos quando aprendemos a identificar como isso se dá. Afinal, se estamos falando sobre uma estrutura social, as pessoas são suas microestruturas. Está sendo inevitável, para mim, colocar essa aspereza pra fora; a raiva secular que me habita as entranhas desde antes de eu nascer está me exigindo isso neste momento, uma vez que lido com ela em todos os dias de minha existência enquanto mulher preta. *Todos os dias que nos levantamos*, a gente que é pessoa preta militante sabe de tudo de ruim que acontece com o nosso povo, seja neste país ou em qualquer canto do mundo. A gente não posta tudo todo dia para não adoecer, mas dá vontade. Portanto, como sempre, me compreenda quem conseguir. Há muito tempo consegui me libertar da obrigação de ser dócil e silenciosa para não desagradar as pessoas brancas e ter sua aprovação para que me incluam nos seus grupinhos privilegiados, de forma que eu me sinta uma preta aceitável por algum motivo que atenda aos anseios brancos, constituída pelos desejos de pessoas brancas sobre quem eu deveria ser, para servir em alguma coisa para elas. Assim, silenciosamente, nos ensinam quem devemos ser. E isso acabou pra mim, graças a mim e às pessoas pretas com consciência histórica de raça que existem na minha vida. Hoje, pessoas brancas é que devem buscar minha aprovação, o meu respeito e o meu amor. Hoje, sou eu que as avalio, e não o contrário. Minha saúde mental e emocional melhorou tanto... E que comecem a me chamar de racista reversa, radical. Vou rir. Digo, já estou rindo.

Gente branca entra com cada vez mais dificuldade na minha vida, no meu universo íntimo. É uma decisão cheia de saúde, essa que tomei. É uma escolha. Minha escolha é pelo aquilombamento, é por enegrecer cada vez mais todas as minhas relações, porque já aprendi dolorosamente que o povo preto só se salva em união na sua consciência de raça — outrora sequestrada —, readquirida, desenvolvida e expandida entre os seus. E aprendi também que, na hora do sufoco do racismo, branquim, em sua volumosa maioria, corre pesado, se cala e finge que não vê. Não fica para confrontar outro branquim; quando não, procura desesperadamente outra pessoa preta pra passar pano pra racista e validar sua argumentação bizarra com o “aval” de uma pessoa preta que venha livrá-lo de

reconhecer seu racismo. Tenho visto cada cena ao meu redor... Portanto, só admito ao meu lado gente branca antirracista. E não é gente branca que vem me dizer que é antirracista, que está ficando com mulher preta, e essas coisas clichês para se autoconvencer. É gente que eu avalio e vejo que está se esforçando para vasculhar o racismo dentro de si, colocando-se numa posição de autocrítica, e aberta a receber apontamentos sobre sua branquitude, quando assim o fizer. Só quero perto de mim gente branca que esteja buscando racializar-se com honestidade. O resto, já dispensei e continuo dispensando. Lidar com racismo cansa porque toda hora ele nos salta aos olhos. Quando não é com a gente, é com quem está do lado, é no ambiente de trabalho, é na família, é na vizinhança, é no espaço público, é no meio do forró e do samba. É no partidarismo de direita tanto quanto no partidarismo de esquerda. Vejo e vivo tudo isso, e além.

É muito duro lidar com o racismo que seus antepassados estruturaram, e do qual vocês, branquitude do presente, recolhem os privilégios, enquanto a negritude e a população indígena ainda recolhem sofrimento, violência e sangue derramado, e tão poucas conquistas perto da imensa população que somos. Não custa lembrar que a maioria da população brasileira é negra, e que este país tem a maior população negra do mundo fora do continente africano. Lembro porque sempre tem alguém que não sabe disso. Estou aqui jorrando todo tipo de emoção porque racismo é para ser apontado, e decidi não admitir que me adoça sozinha. O racismo precisa levar gente branca à exaustão também, até que resolvam esse problema que criaram. Estamos distribuindo e devolvendo esse sofrimento, sim, o que para muita gente que o desqualifica é *mimimi*, e vamos devolvê-lo cada vez mais.

Pessoas brancas e não negras em minha vida, que conhecem meu amor, meu carinho e meu respeito, sintam-se de fato *muito* privilegiadas, porque eu só tenho sentido raiva de tudo o que a branquitude já fez, e continua perpetuando, por insistir em se declarar antirracista sem fazer autocrítica.

Meu caso de amor intenso tem sido com nosso povo preto, porque inclusive o *amor*, que é mais um privilégio branco, nos foi arrancado

dentro dos navios negreiros e das senzalas, quando nos obrigaram e nos ensinaram a odiar nossos iguais, para nos dividirem e nos dominarem. A gente está se aquilombando para se amar bonito, viu? Alguns dos nossos ainda estão dispersos na roda violenta da história, mas a gente está se resgatando. É no amor que o povo preto se nutre de resistência, porque raiva a gente já passa todo dia. Se nos matam a alma, a gente vai se amar cada vez mais, para sobreviver.

Cada vez mais, eu sei e sigo descobrindo quem eu sou. Reconheço meus lugares de fala, os privilégios dos quais gozo e me aproximo, junto com o entendimento de como o racismo me rasga o ser. Batalho muito para me realizar, e tenho muito orgulho da minha trajetória e da mulher preta que sigo me tornando e me transformando em todos os dias da minha existência. Portanto, você, pessoa branca, que goza do meu amor, do meu respeito e do melhor que eu posso ser, sinta-se muito privilegiada, porque aqui dentro de mim a coisa está feiona pra galera de vocês. Vocês andam com pouco espaço aqui dentro. Não está dando pra sentir muita coisa além de raiva, não, sabe? Vocês não param de nos adoecer e de nos matar.

Evaldo Rosa dos Santos, pretos nossos de cada dia, pretas nossas de cada dia, este texto no qual vocifero minhas angústias é por vocês, por mim, pelos nossos.

Que comece a coceira no couro de quem coçar.

Pedro Luz



Todas as horas do fim

Estamos sempre perseguindo os vestígios de um monstro maior do que os nossos olhos podem enxergar. Esse monstro atravessa os corpos negros na forma de suicídio; inanição; fuzilamento; desaparecimento em qualquer lugar da cidade e reaparecimento — do corpo frio e putrefato — nos esgotos, na imaginação das lágrimas, nas casas abandonadas, nos terrenos baldios no fim dos quarteirões. Escrevo, e parece que o meu coração vai se enforcar.

Nesta semana li todas as notícias e assisti a todos os noticiários possíveis, vi dezenas de vídeos no Instagram e no Twitter. O meu cérebro está frito, falhando. Sinto uma dificuldade imensa de ser, de existir, pelo modo como as coisas têm andado.

Sexta-feira, 12 de abril, às dez e pouco da manhã, uma mulher foi algemada pela guarda municipal e largada no chão da entrada do Elevador Lacerda, em Salvador. Ela se revirava como se tivesse sido envenenada, agonizava, parecia que a qualquer momento iria parar de gritar por ajuda e abandonar a própria carne ali mesmo, em chamas. Mas ela permaneceu, em sua impenetrável fraqueza. Até que eles a levaram para a mala da viatura, e depois daí o máximo que se pôde rastrear foi uma nota sobre o incidente no jornal *A Tarde*. Quatro homens, todos fardados, estimulando seus coldres como se fossem falos, repetindo o movimento na ansiedade de poder gozar a extinção sobre um corpo negro.

Em um de seus diários, datado de 1949, o poeta norte-americano Allen Ginsberg transcreve um diálogo que teve com Herbert Huncke, que mais tarde se tornaria um renomado escritor *beat*, mas que até

então vivia a vida nas ruas sobrevivendo de crimes e trapagens. Huncke diz que tem pensado incessantemente sobre a própria morte, ou melhor, que se sente alertado sobre sua iminência; e quando Ginsberg pergunta o porquê dessa obsessão pela própria morte, Huncke responde que não se trata exatamente da morte como ela é comumente entendida, mas de extinção, como um animal: ele se sente cansado, diz não ter nada e não sente querer alguma coisa o suficiente para esforçar-se e consegui-la.

É a isso que quero me referir quando menciono “extinção”: o esgarçamento mental antes do esgarçamento físico, antes de a carne queimar. A vontade de desistir, de abrir mão da própria consciência, é fruto do confronto com o que parece a iminência da extinção, resultando numa inevitável melancolia. Em *Walter Benjamin, o marxismo da melancolia*, Leandro Konder descreve a obra de Albrecht Dürer, *Melancolia I*, da seguinte forma: “A figura central aparece desligada da atividade dos outros seres humanos; em seus olhos, contudo, ela ainda mostra inequívocos traços de cólera”. Assim surge o ressentimento, descrito por Pierre Ansart como “experiência continuamente renovada de impotente hostilidade”.

Na mesma semana, Evaldo Rosa foi assassinado pelo Exército no Rio de Janeiro. Foram oitenta tiros, o suficiente para a família toda: a esposa, o filho de sete anos, o sogro e a amiga que estava no carro. O suficiente para assassinar outras vidas, outros sonhos, centenas de pessoas, milhares talvez.

Não escrevi antes, mas escrevo agora: enquanto prendiam a mulher no Elevador Lacerda, uma senhora branca dava risadas e outro menino, atrás de mim, falava que os policiais deveriam dar choques na mulher para ela parar de se retorcer e gritar. Sinto que, assim como Pinóquio na Ilha dos Prazeres, estou vendo todos ao meu redor transformarem-se em animais selvagens. Mas, diferentemente de Pinóquio, esse não foi um caminho que escolhi: é um caminho escavado pela minha vizinha que se fantasiou de verde e amarelo no primeiro e no segundo turnos das últimas eleições e me olhou com ódio, sonhando que eu, esquerdista e preto e dissidente, fosse vaporizado pela sua sanguinolência; pelo meu

professor de faculdade que sonha com linchamentos e justiça com as próprias mãos; pelo idoso que deseja a ditadura tão intensamente como o crente deseja a volta de Jesus Cristo e acredita na pena de morte como a solução de todos os males; pelo homofóbico do ônibus que deseja dar um murro em “uma bicha como eu” para ensinar a lição que meu pai deveria ter me ensinado no berço — a maldição da violência —; pelo policial que deseja trucidar um corpo negro como o meu e que, quando me vê criticando sua violência, deseja me estraçalhar mais duas, dez, quarenta, oitenta vezes.

Em *Pele negra, máscaras brancas*, Frantz Fanon cita Paul Valéry ao escrever que a linguagem é “o deus na carne desorientado”. E aqui é importante tomar a linguagem como evidência e nunca como algoz, uma vez que ela é um produto da sociedade, um espelho que revela nossos segredos escondidos em plena luz do dia. Stuart Hall escreveria, em um texto sobre “Identidades mínimas” e movimentos diaspóricos, que a sua terra natal, a Jamaica, não é apenas uma sociedade negra, mas “uma sociedade composta de indivíduos negros e pardos que passaram trezentos ou quatrocentos anos sem jamais poder se referir a si mesmos como sendo ‘negros’”.

No Brasil, a escravidão foi abolida há pouco mais de cem anos, apenas. Ainda hoje, muitos de nós não conseguimos dizer que somos negros, não conseguimos passar os dedos por nossos cabelos naturais sem sentirmos arrepios na espinha, ou olhar para nossa pele por muito tempo. Ainda hoje, atravessamos o incômodo todos os dias, no espelho e no outro.

Eu estou cansado. Às vezes penso, como Huncke, que serei extinto. Mas sei que permanecerei. Sei que vou me formar na faculdade, sei que eu vou arranjar um bom emprego, sei que eu vou trabalhar em prol das pessoas que se parecem comigo e que vivem sob a mesma carne que eu, e sei que, se eu não puder fazê-lo, se me tirarem desta terra covardemente, outros dois tomarão o meu lugar. E que, se os silenciarem, virão mais quatro, e assim nós resistimos, e assim nós continuamos.

Nas palavras eternas de Maya Angelou,

Você pode me inscrever na história
Com as mentiras amargas que contar
Você pode me arrastar no pó,
Ainda assim, como pó, vou me levantar

Minha elegância o perturba?
Por que você afunda no pesar?
Porque eu caminho como se eu tivesse
Petróleo jorrando na sala de estar

Assim como a lua ou o sol
Com a certeza das ondas no mar
Como se ergue a esperança
Ainda assim, vou me levantar.

Adrielle Regine



Dias, anos, tiros e corpos... **5, 15, 12, 29, 80, 111**

Na última quinta-feira, ultrapassei a marca dos 29 anos: um feito para um corpo que, muitas vezes, não chega aos dezesseis. Ultrapassei todos os limites que me deram: gravidez na adolescência, não querer nada com os estudos (nem com *A Voz do Brasil*, como diria mãeinha), viver em farra, ser atleta sexual, ser a amiga de todos mas nunca a que serve para namorar ou para apresentar à família. Ser a “feia” da sala e da galera, ser preterida, a neguinha do cabelo duro, se envolver com gente errada, ser a preguiçosa, a que não gosta de trabalhar, a que quer viver de Bolsa Família, a mimizenta, a problemática, a estúpida, a exótica... Só um limite ainda não consegui — e, sendo honesta, não sei se conseguirei — ultrapassar: o fato de ser um corpo-alvo do Estado.

Eu poderia falar de muitas coisas, mas só sei falar do que me dói hoje. Dos oitenta tiros que invadiram meus sonhos, de ser arrastada por uma viatura, de estar presa por um crime que nem cometi, de ser estrangulada na porta de um supermercado ou assassinada por confundirem um guarda-chuva com um fuzil, uma furadeira com uma pistola. Cento e onze tiros invadiram minha carne, doze corpos no chão, derrubados por artilheiros, na cara do gooooool... Ou seria pow, pow, pow?

Filme? Não! Extermínio, de um jeito ou de outro.

Eu poderia falar de muitas coisas, mas eu não consigo mais viver no silêncio de uma solidão forçada, eu não aguento mais viver me escondendo nas sombras, eu não suporto mais ter que sorrir quando

quero estrangular; ter que manejar o meu corpo de forma que não seja o alvo — nem dos meus iguais a mando alienado do Estado, nem dos opressores devidamente autorizados a derrubar meu corpo.

Se você não sabe qual é o corpo que cai, se você não se importa com oitenta tiros, se você não consegue compreender o Estado genocida no qual estamos vivendo — que me faz pensar que, talvez, daqui a quinze dias, eu não possa estar aqui escrevendo para você —, então, sinto muito, mas seu projeto de vida e bem viver é um fracasso e não passa pela empatia mínima que deveria ser pregada pelos “homens e mulheres de bem”.

No final, percebo que nada ultrapassei se ainda não tenho a certeza de que voltarei para casa num dia de trabalho com meu corpo e minha mente em paz, sem sustos, sem medo, sem sobressaltos, sem feridas na alma. Ou se terei a possibilidade de criar meus filhos e abraçar de novo mãinha. Ou ainda, se será possível manter o psicológico e o emocional de meus filhos, netos, primos, amigos, vizinhos depois que eles encontrarem meu corpo estendido, cravejado, morto!

Eu ainda não ultrapassei nada, são 29 anos, mas não sei se estarei lá nos trinta ou nos 51. Eu queria poder ser leve, mas estou pesada, densa e cansada. Espero poder respirar melhor daqui quinze dias. Mas, por ora, compartilho minha dor.



De oito a oitenta, sobre literatura e sociedade

O Rio de Janeiro estava lindo. E estava mesmo, pensara o homem: sol gostoso, família reunida passeando, música boa... Nada poderia estragar aquele momento. Afinal, depois de alguns anos ele conseguiu comprar o seu tão esperado carro quatro portas e podia enfim proporcionar um maior conforto às pessoas que amava. Era uma felicidade no meio daquela cidade. Era uma felicidade negra da cor da sua pele. Que besteira isso de associar negro a coisa ruim — olha isso, quanta gente bonita e de bem nesse carro. Nada poderia estragar aquele momento. O homem era músico, a música era algo de que gostava, e por isso a escolheu como profissão. A música é a linguagem universal e ancestral que se canta daqui até qualquer outro ponto. Não importa como, mas sempre seria música. Conectava-se com algo maior que ele quando tocava seu instrumento, assim como quando passeava de carro com a família. E lhe veio à cabeça se aquele sentimento era mesmo de paz. Não sabia muito bem. Aliás, o que é paz? Tentou imaginar como seria a paz e logo veio a imagem de uma pomba branca. Branca era a cor do seu carro, então talvez estivesse tudo bem. Não deveria se preocupar com isso. Não precisava deixar a incerteza virar medo. O Rio de Janeiro estava lindo.

E estava mesmo, pensou a família sentada no banco do carro. A mulher, muito contente, falava sobre o filme que acabara de ver, *Nós*. Achou um nome meio estranho pra um filme, mas gostou de



Quantas vidas contam para um genocídio?

No doutorado, estou trabalhando na reconstrução histórica do protesto negro contra a violência policial no período de 1978 a 2018. Tenho me baseado nos panfletos, relatórios e manifestos de organizações negras de atuação nacional que denunciam o genocídio, o extermínio e a violência racial. Um material documental vastíssimo.

Mas minha intenção inicial era outra: eu queria apenas trabalhar com os casos de violência policial que ficaram mais conhecidos, os chamados “casos emblemáticos”. Foi impossível. Quando me enfiei nos documentos, notei que se tornava cada vez mais difícil separar “casos emblemáticos” em quarenta anos de protesto contra a violência policial, e esta dificuldade ocorreu em virtude da quantidade imensa de vítimas que eu poderia arrolar ao longo dos anos.

Eu poderia começar esta história com Robson Silveira da Luz¹³ e terminar com Marielle Franco. Mas, por outro lado, quantas vítimas da violência de Estado houve apenas entre a morte de Marielle, em 14 de março de 2018, e a do músico Evaldo Santos Rosa, em 8 de abril de 2019? Aí, em vez de analisar o varejo, eu tive que trabalhar em outra escala.

Isso me leva a refletir sobre a mobilização contra estas injustiças e a capacidade que militantes e ativistas teriam para conseguir resultados objetivos. De um ano para cá, desde Marielle, quantas outras pessoas negras morreram pela ação policial? Se ficarmos

apenas nos casos de que tivemos conhecimento, já seria um trabalho gigantesco. Mas a rotina de protestos negros, da organização negra e de sua estratégia, é sempre interrompida por um caso como o de Marielle ou de Evaldo.

Muitos cobraram (e cobram) uma mobilização de massas do movimento negro brasileiro. Isso pode ser uma questão política ou uma reflexão sobre o sistema em que vivemos. Eu creio que, em meio a tantas vítimas de injustiças tão profundas, é como se a nova desgraça renovasse o senso de urgência do ativismo e, ao mesmo tempo, também cobrisse com um certo tipo de conformismo aquela última desgraça que a antecedeu. Como se a cada novo “caso emblemático” os anseios por justiça que mobilizaram o ativismo em torno do caso anterior se acomodassem e ganhassem um cômodo nesta imensa casa-grande.

O cometimento de uma nova injustiça por parte da polícia parece zerar o acúmulo da indignação pública contra este projeto de assassinar repetidamente pessoas negras e, por meio do efeito da repetição destes atos, a nova morte vinda quando a última ainda é recente parece abrir caminho para falas como “ah, é assim mesmo”, que com certeza sustenta aquela outra, menos envergonhada, “é, tem que ser assim!”.

Um ato criminoso de violência policial vai sustentar o outro, e a sua repetição exerce uma função persuasiva sobre a opinião pública, de tal modo que cometer “enganos” é a própria função daqueles cuja mira nunca erra os corpos negros.

Assim, a cada nova vítima da violência policial, parece que fica mais difícil mobilizar-se contra, pois a resposta que ela merece não é outra senão a urgente e imediata, pois se trata da defesa da vida. Mas, ao mesmo tempo, a renovação da urgência nos estimula a viver no estado de urgência sem fim, tornando o imediatismo da nossa causa a rotina perene dos nossos dias.

A política que encerra o curso das vidas pela força policial também opera para limitar o curso da mobilização política negra. Entre a morte e a mobilização existe toda uma vida social que, se negra, será sempre limitada de alguma forma — pela discriminação racial do shopping que nega o direito ao consumo, pela evasão escolar das

crianças negras, pela seletividade penal do sistema de justiça. Sempre há um limitador que encerra a vida, seja impondo limites e não deixando viver, seja dando fim físico a ela, fazendo morrer.

O extraordinário engano das polícias brasileiras é, na verdade, o ordinário acerto do sistema que as produziu, pois estão cercadas de instituições que agem com os negros da mesma forma, ainda que com seus próprios meios e com distintos efeitos diretos, encerrando as vidas ao negar direitos — ou encerrando vidas a bala.

A injustiça se torna de tal modo tão generalizada que as circunstâncias da morte mais importam para que ela vire prata no espetáculo, comoção ou apenas fria estatística; não deveria importar se foi uma encomenda da milícia contra a popular vereadora ou se foi uma rajada de oitenta tiros contra uma família negra. Os mecanismos de segregação, exclusão, enfim, os mecanismos de encerramento de corpos estão colocados no longo prazo das vidas negras.

O que a polícia faz ao seu modo é o que a educação sempre fez do seu jeito e a economia faz no mercado de trabalho informal; é o que a política urbana faz segregando, o que a política de transporte faz isolando, o que a saúde faz não cuidando, o que a justiça faz encarcerando. Todos que têm um mínimo de responsabilidade não podem se furtar a encarar esse problema senão pelo que ele politicamente é: racista e genocida.

13 Em 18 de junho de 1978, Robson Silveira da Luz, um feirante negro de 27 anos, foi levado para uma delegacia na zona leste da cidade de São Paulo após ter sido acusado de roubar frutas em seu local de trabalho. Nas dependências policiais, foi torturado e morto.
[N.E.]

Cecília Floresta



Apontamentos da sapatão escurinha à branquitude que se toque

se você acessa os meus registros oficiais de nascimento, vai encontrar uma palavra que contém especificidades as quais nunca fizeram parte de quem eu sou. fico pensando nos inúmeros conjuntos de cabeça, espírito & corpo que andam por aí de certidão avessa. isso, meu bem, tem nome. etnocídio e embranquecimento são dois deles. na minha casa nunca teve gente branca, e sabe como é, as mulheres que me criaram não tiveram acesso a todas as ideias e pensamentos fortalecedores dos quais agora eu me alimento. além do recorte de época, geracional, ambas estavam muito ocupadas tentando sobreviver e fazer valer a minha sobrevivência e a dos meus irmãos, cada uma à sua maneira, desde limpeza da casa dos outros, cuidado com os filhos dos outros, barraca em feira livre, salgados, auxiliar administrativa, vendedora. não era uma coisa sobre a qual se falava, mas também não deixávamos de perceber, mesmo que intuitivamente, a total ausência dessa tal branquitude naquele ambiente familiar.

desde que me entendo por gente, ainda que não soubesse conscientemente, eu tive um dedo apontado na minha cara. explico: me apontavam o dedo na cara pra dizer que eu não pertencia a tais & tais espaços, me apontavam o dedo na cara pra dizer que eu não era boa o suficiente, que eu não era bonita o suficiente — embora

meu corpo tenha sido sexualizado muito cedo. me apontavam o dedo na cara se comia demais ou se comia de menos, me apontavam o dedo na cara por supor que eu passava fome ou qualquer outra necessidade, me apontavam o dedo na cara pra dizer que eu não possuía modos adequados, porque esse dedo sabia das minhas origens. e olha que, segundo a minha mãe, eu fui uma criança impecavelmente comportada. e esse dedo viveu & ainda vive apontado na minha cara pra deixar bem claro que, se eu sou aceita nesses tais espaços, trata-se antes de um favor concedido a mim. entende?

o embranquecimento, além de um grande projeto assassino, trabalha de formas as mais traiçoeiras. digo, o embranquecimento só acontece quando há interesses da branquitude. não funciona assim: ah, você tem a pele mais clara, então é lida como branca em alguns ambientes, você transita. se e quando eu sou "lida como branca", essa leitura pode partir de algumas variáveis: 1) como parte desse grande projeto; 2) como maneira de autorrecompensa da branquitude por tentar me encaixar em algo que a própria branquitude tem como sagrado; 3) como um alívio pra branquitude por estar fazendo o favor de acolher uma pessoa que não faz parte do seu sistema imaculado.

então, meu cabelo e eu mesma, hoje, depois de anos dolorosos no armário, andamos à solta. meus traços, minha constituição física, a cor da minha pele. a independem de todas essas "características" cuidadosamente estudadas & exploradas por vocês desde os tempos do sinhozim, pra ver se carrego um ou outro traço que mais lhes agrade, e de todos os "níveis" de racismo de acordo com quão escura se é — outro absurdo que tive que ouvir, porque só é capaz de medir o racismo em níveis de gravidade quem nunca sofreu, digo, o nível de gravidade não se relaciona ao racismo em si, mas às consequências, não há racismo mais ou menos grave —, eu sei muito bem onde minhas pernas vacilam e quando um olhar vem torto pra cima de mim, não obstante o dedo na minha cara, embora reconheça muito bem a dor e a força imensurável de mulheres cujo semblante retinto desencadeia atrocidades por serem assim, retintas, com as quais caminho não na frente nem atrás, mas ao

lado.

queria também dizer que, ao contrário de você, eu não transito. dizer isso é o mesmo que afirmar que o racismo não existe. e explico: não é uma questão de não ser branca o suficiente, como já ouvi, mas uma questão intimamente ligada àquilo que a branquitude institui como certo, como padrão, como natural & imorrível. embora de pele mais clara, quantas de mim você viu em cargos considerados de chefia, em grandes empresas, em destaque na mídia, na política, fazendo intercâmbio, comendo em restaurante caro? quantas de mim você viu vendendo bala no farol, limpando a sujeira alheia, servindo mesas, espremidas no transporte público lotado, enclausuradas pelo sistema, e não por ter escolhido esses caminhos considerados inferiores pelo espelho social, mas por total falta de escolha? minha pele e tudo o que eu represento, longe de significar passe livre, não servem de passaporte. a sua branquitude, sim.



Esse é só o grito de uma preta!

Oitenta tiros! Oitenta! Oito tiros dez vezes! Não consigo pensar, não mais que até o oitavo tiro. O primeiro tiro nos assusta, o segundo nos confunde, o terceiro nos perturba; no quarto tiro, o desespero, no quinto, a dor, no sexto, os gritos, no sétimo, os choros; o oitavo nos demarca: é a carne preta. Oitenta tiros demarcando quem somos e o que somos para o Estado brasileiro. A carne mais barata do mercado não é a carne negra: nossa carne não tem valor algum.

Mais um preto confundido, mais um corpo negro assassinado, mais um dos nossos caídos. Silenciaram Marielle, asfixiaram um jovem negro no chão, e agora dentro de um carro confundiram mais um irmão. Eles dizem que no Brasil não existe mais racismo, que vivemos no paraíso das raças. Eles não viveram o que vivemos, não sangraram o que sangramos, não foram os deles mas foram os nossos assassinados gratuitamente pela cor. É o racismo que nos atravessa feito uma bala atravessando corpos.

Roubaram tudo de nós, nossos direitos, nossa cultura, nossa religiosidade, nossa autoestima, até nosso amor eles tiraram, nos hipersexualizaram, nos estupraram, nos escravizaram, nos dominaram, nos acorrentaram, nos torturaram, nos mataram por séculos, e ainda nos matam: o açoite da chibata, hoje, é o engatilhar de uma arma, uma arma apontada para um rosto negro. Corpos no chão manchados de vermelho é a cena cotidiana de mais um preto.

Chega de nos matarem, chega de nos "confundirem", chega de armas apontadas para nossas faces, para os nossos corpos, CHEGA! Este é o grito de uma preta, CHEGA! Evaldo dos Santos Rosa hoje já

não canta, um corpo sem vida, um corpo sem voz, só um corpo, mais um corpo. Fuzilaram também seus sonhos, fuzilaram suas canções. Eu não consigo pensar além do oitavo tiro, porque o nono tiro mata a todos nós.



A falsa abolição de um país que nos abole

esse país, que diz que me pariu, me enxota pelas mãos dos herdeiros daqueles que me desapropriaram antes. reencenadas em homens de agora, dórias, crivellas, netos, exército, o *looping* obsessivo da herança branca, da violência do falo. eles querem prescrever um lugar para o meu corpo. o muro que eles fizeram na cidade que cobiçam e deliram para si e para os seus foi construído pelas mãos dos antecessores destes que eles, agora, colocam para fora.

a rua que eles parecem possuir, a rua não se deixa apossar, porque está marcada pelas insígnias das pisaduras de suas verdadeiras donas, muitas felipas, benguelas, zeferinas, pambu njilas. cada pedra dessa rua foi amalgamada pelo suor dos que têm a mesma cor que eu e estiveram aqui antes de mim.

aquela casa, eu morava naquela casa. eu habito todas as casas derrubadas da Ladeira da Montanha. eu espero por todos os ônibus que não passam no Subúrbio Ferroviário. eu sou todos os habitantes do centro de São Paulo. eu sou a mãe que verte lágrimas pra dentro e se afoga de dor na Vila Moisés. eu sou a mãe que arrefece e morre de tristeza no Costa Barros. as oitenta balas foram desferidas contra mim.

este país nunca me assumiu, este país me aborta dia após dia. a mim e a todas que derramam sangue pra fecundar todas as construções, cada pé de feijão, cada gota de óleo de soja, cada

pequena madeira, os fósforos, as tortas de chocolate dos lugares requintados, os metais pesados das indústrias, o café servido nas universidades entre uma defesa de dissertação e outra, as tábuas pesadas do chão das salas chiques da esplanada dos ministérios. nós que parimos este país. gestamos. choramos os filhos ingratos. os pés dos meus avós abriram as estradas. as rodovias. os caminhos por onde eles passam com seus carros sem olhar pros lados. eles dissimulam, relatam não saber. eles fingem que não somos as donas e os donos. eu não consigo decodificar o meu ódio de maneira palatável. está tudo atravessado pela garganta, todas as cadeias deste país cheias de nós. as luanas que ou eles matam ou prendem. este país que enrijece os punhos pra matar na porrada, no presídio, no manicômio, na escola, no pensamento que nos nega as universidades, na bebida que nos vendem como porção mágica do esquecimento, nos entorpecentes que nos vendem e que compramos na farmácia e nos supermercados. este país que nos aborta foi gerado por nós.

se escavo todas as areias de todas as lápides. se olho as mãos que plantam, que pescam, que vendem frutas nas ruas. se olho as letras das canções, a equipe de terceirizados de todas as empresas (repúdio à renovação da lei do sexagenário), se observo com cuidado as árvores plantadas, verei quem as plantou, quem envergou os ferros das construções civis, quem operou os tratores, quem amaciou as carnes no açougue, quem compôs os verdadeiros hinos nacionais, quem pintou os quadros, quem traduziu de verdade este país com poemas, quem faz samba, maracatu e bumba-meu-boi. este país que nos aborta foi gerado por nós.

Vinícius da Silva
Victor Adriano



“A gente combinamos de não morrer”: retornar às raízes e (re)construir espaços de afeto para o nosso povo

*Neste momento, corpos caídos no chão devem estar esvaindo em sangue. Eu aqui escrevo e relembro um verso que li um dia.
“Escrever é uma maneira de sangrar.” Acrescento: e de muito sangrar, muito e muito...
— Conceição Evaristo*

Vivemos, hoje, no Brasil, tempos difíceis, tempos de inimizade. Reverberando a tese de Achille Mbembe, em *Políticas da inimizade*, isso significa que vivemos em uma época em que o poder necropolítico — isto é, a ação do Estado sobre as vidas, decidindo qual vida é passível de luto e qual não é — atua incessantemente. Nas sociedades de inimizade, o *inimigo* é a criação colonial do Outro, aquele que está marcado com um *signo da morte*. Nessas sociedades, esses inimigos devem ser, a qualquer custo, exterminados, eliminados de campo. Em sociedades de inimizade, sociedades colonialistas, escravistas modernas, a pele negra é um signo da morte, um fator que determinará quais corpos foram marcados para morrer. E que serão mortos brutalmente.

Nesse contexto, estratégias são necessárias. Nesse sentido, nos quilombos e quilombos nossos espaços e afetos mostra-se uma boa estratégia política de resistência ao quadro (necro)político que nos cerca, seguindo a proposta de Abdias Nascimento, em *O Quilombismo*. Para isso, portanto, é preciso que amemos nossos corpos, que recuperemos nossas narrativas e nos movimentemos contra a opressão e a dominação vigentes. É preciso, então, que amemos a nós mesmos e aos nossos irmãos e irmãs para, de fato, avançarmos em um projeto de sociedade que não seja uma sociedade de inimizade. Esse é o nosso propósito e não abriremos mão disso.

Segundo o *Mapa da violência* de 2018, “apenas nos últimos dez anos, 553 mil pessoas perderam suas vidas devido à violência intencional no Brasil”, sendo, destas, 71,5% pessoas negras — o que contabiliza cerca de 395 mil vidas negras assassinadas em uma década. É importante, aqui, lembrar que estes dados se referem a mortes provocadas, e não a mortes naturais. Em 2017, a cada cem pessoas mortas, 71 eram negras — em sua maioria, jovens. Enquanto a taxa de homicídio de pessoas não negras diminui, a taxa de assassinato de pessoas negras aumenta exponencialmente. Neste quadro, temos um perfil preponderante: o homem jovem negro. Isso, por sua vez, configura um genocídio da juventude negra.

Entre os anos de 1980 e 2016, 910 mil pessoas foram mortas com o uso de armas de fogo. Isso ilustra a falta de sentido na ideia de que portar uma arma trará segurança a alguém. A arma, para nós, só significa uma coisa: morte. E não queremos continuar morrendo.

Os dados expostos refletem um quadro genocida, em que vidas negras continuam a ser ceifadas por um Estado que tem sangue (negro) nas mãos. Levando em consideração que estamos em uma conjuntura política um tanto prejudicial para os nossos, a tendência é piorar.

O atual momento político ilustra bem a tese de Achille Mbembe, para quem o processo de consolidação de uma sociedade de inimizade remonta ao colonialismo e sustenta-se num Estado de guerra. Desde o século XIX, os Estados modernos garantem sua “efetiva” atuação através daquilo que Mbembe chama de

necropolítica, isto é, políticas de morte. De lá para cá, os Estados configuram-se, necessariamente, como Estados de guerra, cujo objetivo maior é exterminar os inimigos.

A partir disso, devemos estar atentos para uma das principais características da sociedade de inimizade: a substituição da relação de cuidado pela relação sem desejo. Nas palavras de Mbembe, “no interior de sociedades que não param de multiplicar os dispositivos de separação e de discriminação, a relação de cuidado foi substituída pela relação sem desejo”. Em termos práticos, isso significa a noção de que a vida da pessoa ao seu lado *não* importa. Onde há relação sem desejo, há vontade de extermínio.

Um primeiro exemplo incontestável disso é o trágico acontecimento que arrancou — no sentido mais brutal do verbo — deste mundo a socióloga e vereadora Marielle Franco em março de 2018. Marielle carregava em seu corpo muitos signos da morte: mulher, negra, bissexual e favelada. O signo da morte representa, aqui, um aval para a atuação do poder necropolítico. Quando Marielle realiza sua pesquisa e escreve sua dissertação de mestrado sobre a violência institucional através de uma análise da segurança pública do Rio de Janeiro — intitulada *UPP, a redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro* —, ela confronta, de certo modo, a atuação genocida do Estado.

Suely Aires, em *Corpos marcados para morrer*, salienta que

há vidas e corpos que são escolhidos e marcados para serem expostos à morte ou diretamente executados. [...] Gênero, raça e classe se entrelaçam na ficcionalização do inimigo [...]. Ao identificar o outro como perigo, como um atentado contra a vida, estabelece-se uma reação de defesa em que a eliminação do outro parece necessária, pois implica minha segurança e a manutenção de minha vida e da vida de meu grupo. [...] É uma guerra que só acabará com a total eliminação do inimigo: genocídio. E, no Brasil, genocídio negro.

Outro exemplo da atuação genocida do Estado é o trágico fato de que o Exército tenha acertado oitenta tiros no carro de Evaldo Rosa

dos Santos, que acabou morto. Após isso, o presidente Jair Bolsonaro declarou que “o Exército não matou ninguém”, revelando-se indiferente frente à morte de mais um dos nossos. O comportamento de Bolsonaro ilustra a tese de Mbembe acerca das relações sem desejo.

As mortes de Marielle Franco e de Evaldo Rosa dos Santos não causaram comoção aos grandes governantes com corpos hegemônicos, pois a vereadora e o músico eram vistos como o Outro, os corpos que devem ser exterminados — o Outro é apenas um corpo — e, como já fora dito, em uma sociedade de inimizade, esse extermínio é tangenciado pelo próprio Estado.

Dessa maneira, as sociedades de inimizade estão intrinsecamente ligadas a Estados genocidas, de modo que o signo de morte prevalente é a negritude, a pele negra. Por isso, a política do amor não é consoante à sociedade de inimizade, não há coexistência possível. Nesse sentido, é preciso que conclamemos a importância de nos aquilombarmos em dias tão duros como estes.

A proposta de Abdias Nascimento, em *O Quilombismo*, publicado originalmente em 1980, é muito importante, sobretudo, para os dias de hoje. Sendo um dos maiores intelectuais e pesquisadores brasileiros do século xx, o autor se propõe a pensar a constituição de um *Estado Nacional Quilombista*, cuja finalidade básica é garantir a felicidade do povo preto. “Para atingir sua finalidade, o quilombismo acredita numa economia de base comunitário-cooperativista no setor de produção, da distribuição e da divisão dos resultados do trabalho coletivo.”

A proposta de Abdias pode parecer difícil — e até utópica. Isso indica que talvez seja hora de voltarmos às nossas raízes e buscar entender como se constituiria uma economia de base comunitário-cooperativista, por exemplo. Talvez seja hora de (re)construir: voltar às bases e (re)começar.

Abdias lista dezesseis propósitos do quilombismo, sendo as principais temáticas a educação, a coletividade, a autonomia, a poluição ambiental, a diversidade religiosa, a organização, a revolução e, sobretudo, o retorno às raízes (através do processo educacional). O princípio número onze, por exemplo, diz: “A

revolução quilombista é fundamentalmente antirracista, anticapitalista, antilatifundiária, anti-imperialista e antineocolonialista”.

No presente contexto, não tememos dizer que um dos propósitos do quilombismo hoje seria a nossa produção intelectual, uma vez que o próprio autor salienta que, “em nosso próprio país, o escritor afro-brasileiro é um ser quase inexistente, já que umas raras exceções já confirmam a regra”. Embora Abdias tenha denunciado isso em 1980, a afirmação se mantém atual, sobretudo em um contexto político e social que insiste em nos silenciar.

Nesse sentido, falar é também escrever, empregar um discurso, como diria Frantz Fanon. Escrever, produzir conhecimento sobre nós e para nós, é uma prática quilombista que busca a emancipação do nosso povo. Não só nas áreas de ciências humanas e sociais, mas também em pesquisas sobre química e meio ambiente — todo o nosso conhecimento é válido e precisamos reconhecer isso para que possamos conclamar uma revolução.

Nosso papel, enquanto intelectuais afro-brasileiros, torna-se também uma responsabilidade para com os nossos: cabe a nós, agora, (re)contar e (re)escrever nossas histórias sob nossas lentes. Salientamos a denúncia de Abdias: “A história do Brasil é uma versão concebida por brancos, para os brancos e pelos brancos”.

(Re)construir, (re)escrever e (re)contar nossa história é uma prática quilombista e urgente. É nosso dever continuar esse legado para com os nossos. Como dizem os cariocas: é papo de visão.

Tendo em vista que um dos princípios do quilombismo é a coletividade, e que “o quilombismo é um movimento político dos negros brasileiros”, a nossa hipótese levanta a necessidade da (re)construção coletiva de espaços de afeto para o nosso povo, espaço onde possamos viver e cultivar o amor, mas também onde possamos nos articular politicamente e definir nossas prioridades de luta.

Aquilombar nossas relações com os nossos significa olhá-los com amor, no sentido abordado por bell hooks: compreender essas vidas como valiosas e compreender a nós mesmos como um corpo coletivo, uma comunidade, um povo interdependente, sobretudo, na

diáspora. Nesse sentido, como já dissemos, o quilombo emerge enquanto um espaço de cuidado, afeto, reconhecimento, união e luta.

Em *All about love: new visions*, bell hooks atenta para a importância do amor em nossas comunidades: “Sempre que curamos feridas familiares, fortalecemos a comunidade. Fazendo isso, nos envolvemos na prática amorosa. Esse amor lança as bases para a construção construtiva da comunidade com estranhos. O amor que praticamos na comunidade fica conosco onde quer que formos. Com esse conhecimento como guia, fazemos de qualquer lugar a que vamos um lugar onde voltamos a amar”.

É essencial compreender a importância do amor na revolução quilombista — que também é uma revolução política, citada por Abdias Nascimento, uma vez que “o amor é profundamente político,” como aponta bell hooks. Vivemos em comunidades machucadas, feridas pelo colonialismo, onde nossos corpos dissidentes são alvos da violência sistemática do Estado. Quando propomos a revolução quilombista, estamos propondo, necessariamente, a cura e a (re)construção de nossas comunidades diaspóricas.

Como diz o conto “A gente combinamos de não morrer”, de Conceição Evaristo, “escrever é uma maneira de sangrar”, sobretudo escrever sobre a morte dos nossos, mas é preciso acreditar que um outro amanhã é possível. É preciso compreender que “Ayoluwa, alegria de nosso povo, continua entre nós”, como escreve Conceição.

Aquilombarmos-nos é, em última análise, trabalhar para curar nossas comunidades e nossa crise espiritual coletiva. Cuidando da nossa comunidade, cuidamos de nós mesmos. A emancipação do nosso povo não se trata de um luxo, mas de uma necessidade.

Henrique Barreto



Das telas para as ruas

Estaria mentindo se estivesse surpreso de ainda estarmos discutindo a necessidade de algumas ferramentas políticas para diminuir o abismo que separa o povo preto das oportunidades. As atuais declarações de líderes legitimados pelo processo democrático, mas ilegítimos pelo viés histórico, apontam para a estagnação e o retrocesso que atrasará ainda mais a caminhada pela igualdade efetiva.

Em meio aos questionamentos de legitimidade, nos tornamos vítimas mais uma vez da mão do Estado, que insiste em duvidar da existência dos diversos tipos de preconceito e que usa sangue como tinta que marca as ruas deste país. A desculpa de sempre é a confusão, que, seleta, confunde guarda-chuva com arma e trabalhador com bandido, mas que nunca erra a cor do alvo. Para quem é alvo, se contarmos nos dedos quantas vezes sofremos o impacto da discriminação, excederemos os limites de um par de mãos. E por falar em limites, qual o limite que precisa ser rompido para que uma verdadeira revolução aconteça?

Oitenta tiros deveriam ter feito nosso povo inflamar, ir às ruas, protestar num movimento quase que automático; mas não foi isso que presenciamos. O que se vê é a apatia profunda de um povo que já se acostumou com a morte de gente preta e que faz da militância virtual sua única arma contra um sistema que nos vitimiza a cada minuto. Sou a favor de usarmos as redes sociais para expor tudo aquilo que conquistamos e principalmente para denunciar todas as atrocidades às quais estamos expostos. Sei que é imprescindível termos nas mãos as ferramentas que nos permitem ter voz e que

por séculos foram, e ainda são, dominadas por uma elite branca e preconceituosa. Entretanto, não podemos nos acomodar na praticidade dos *posts* e dos *stories*, achando que apenas isso basta.

Diante do que diariamente nos chega como notícia, precisamos transpor a barreira das telas e adicionarmos a essa militância o poder das ruas, em uma manifestação de força e consciência, caminhando em uníssono, exigindo liberdade, respeito e uma compensação pelos séculos de escravidão e cerceamento de direitos impostos aos nossos ancestrais. Sim, é preciso compensar, pois, ainda que tenha virado moda o discurso meritocrático como justificativa para diversas distorções sociais, a história está aí pra nos lembrar o quão injusto tem sido ser preto neste país. A todo momento, somos interceptados por diversos preconceitos que, somados, transformam a luta por um lugar ao sol extremamente injusta. É preciso olhar pra trás para entendermos esses desequilíbrios.

Para os privilegiados ou ignorantes, o fim da escravidão se deu no ato benevolente da princesa Isabel, mas quem já foi expulso do paraíso por abraçar o conhecimento sabe que a realidade não se tornou equilibrada num simples vai e vem de assinatura. Ainda é fácil enxergar senzalas disfarçadas de favelas e casas-grandes com muros e grades de condomínio. Enquanto ao povo preto forem destinados os subempregos e os papéis de coadjuvantes, deve haver luta.

Por isso, mais do que nunca, é preciso deixar bem claro que não há espaço para relativizar a execução do trabalhador pelas mãos das forças armadas como um simples equívoco em suas atividades de falsa segurança. Vivemos uma guerra não declarada que se apoia em ações truculentas e que agrava cada vez mais o problema. O que nos resta é continuar lutando, pois, inertes, a derrota é mais que certa.

Davi D'Ávila Souza



Não é culpa do Bolsonaro

Os oitenta tiros que uma família negra levou no Rio de Janeiro, do Exército, não são culpa do Bolsonaro. Não são. Desde que o primeiro navio negreiro desembarcou no Brasil, na terceira década do século XVI, a história é de exploração, tortura e morte: uma história de genocídio contra jovens negros; de estupros e abusos diários contra mulheres negras; e de encarceramento de homens negros. Cláudia Ferreira, uma mulher periférica e negra, foi arrastada e morta pela PM do Rio de Janeiro em 2013, durante o governo da Dilma. Amarildo, um homem periférico e negro, foi sequestrado e morto também pela PM do Rio de Janeiro, em 2014, e o governo também era da Dilma. Em 2015, a mesma PM do Rio de Janeiro atirou 111 vezes contra um carro branco, onde estavam cinco jovens negros. Todos foram mortos — fuzilados, na verdade. Em 2018, no governo Temer, um menino de dez anos foi morto com um tiro de fuzil quando ia pra escola. Não reduzam o racismo institucional a um governo ou a um homem. É muito mais profundo, enraizado: “É secular”, como diria Emerica. O Brasil é um país que tem o ódio racial como componente principal de uma estrutura profundamente racializada. O racismo serve para normalizar e muitas vezes invisibilizar a dominação. É leviano dizer que Bolsonaro é culpado desses oitenta tiros. Leviano e irresponsável. O Brasil elegeu Bolsonaro. Ele é o fruto, o Brasil é a raiz; ele é a consequência, não a causa. A causa é o racismo que se mostra através do ódio: um puro, profundo e secular ódio.

Douglas Rodrigues Barros



Se nada somos, sejamos tudo!

Aquilo que importa na lógica de exploração do capital raramente precisa ser nomeado, explicado. A humanidade, se diz. O universal, se diz. E pensamos naqueles que caem, naqueles que choram. E também em tudo aquilo que paira como sombra constitutiva da ideia de universal.

O não ser como complemento desse “real” é alguma coisa além do homem? Está fora da humanidade? Nos encontramos tão ocupados que não cuidamos de procurar saber ao certo por que nos acomodamos ao estado deplorável de violência institucional, com seus goles diários de sangue.

Esse não-ser-que-é: isso que estrutura a realidade simbólica de uma sociedade profundamente cindida pelo colonialismo moderno e plenamente capitalista. Esse ser-nada, que, reduzido à epiderme, é abstratizado em uma identificação e posto no seu lugar, um enclave fortificado pela presença de armas e blindados; esse ser-nada de uma profunda lógica de exclusão que veicula o processo de reprodução social, e se expande, como é devido, por exclusões, por cisões e excomunhões. Ameaça também a circulação da violência cotidiana? Negro!, nos gritam.

E qual é afinal o intuito dessa identificação? Fazer circular a forma social da exploração? Evitar que esse nada se torne tudo? Evitar que esse nada inclua uma resistência específica ao Todo e não seja mais determinado exhaustivamente por ele? Evitar, por fim, que esse nada crie um novo todo? Um Tudo?

O negro, nadificado em seu próprio ato nomeável pelo espaço

simbólico; uma subjetividade reduzida ao corpo, um corpo reduzido à pele, uma pele ultrajada, anteriormente pelo chicote e, agora, pelas balas do Estado — é esse nada que precisa ser constantemente nomeado, identificado, localizado, espacializado, controlado e, na menor ameaça de crise econômica, dizimado.

É só nesse caso sangrento — de nudez excessiva, de redução epidérmica, de apelo fantasmagórico, de fetichismo naturalizado — que podemos dizer que “vidas negras importam”. É apenas numa necrópole, sob império de uma necropolítica, que se pode dizer que vidas negras importam. E se diz isso, justamente, quando se sabe que, para a lógica social subjacente, nas relações de exploração radical que atendem pelo nome de capitalismo, tais vidas não importam.

Afora as elucubrações convencionais do ativismo atávico policial à esquerda, bancado por *think-tanks* à direita, espalhadas pelo globo para dar percepção de movimento quando na verdade se está parado, não há quem se engane com o mote tornado senso comum. Sabemos: vidas negras, na atual forma de sociabilidade, não importam.

Esse fato assusta a todo mundo, faz recuar o otimista, provoca suor nos que apostam na institucionalidade estatal e estupor naqueles que fazem da democracia liberal sua profissão de fé.

Nos habituamos quando não devíamos e, no fundo, isso é o mais difícil de entender: o impacto que a negação provoca quando, por meio dela, nos aproximamos radicalmente daquele que foi sempre negado, nadificado, jamais reconhecido: o negro, o cigano, o palestino, o indígena, o gay, a mulher; em suma, o fodido.

A guerra não parou, e aqueles que se recusaram a ver seu constante estado de sítio se encontram desfigurados, infantilizados por uma fé vazia na democracia racista de sempre. Pelo silêncio do divino.

É preciso dizer não. Contanto que doravante ele venha carregado por uma aposta no impossível, por aquilo que escape à lógica do possível subjacente à normatividade burguesa. Esse ser-nada é temido porque dele pode emergir o novo. É preciso pensar junto com o martinicano. É preciso criar um estado de emergência.

“Eu lhe direi”, diz Frantz Fanon, “é o meio, é a sociedade que é responsável pela sua mistificação. Isso dito, o resto virá por si só. E sabemos do que se trata. Do fim do mundo.”

O mundo aí é esse mundo necrosado, de assassinatos institucionalizados, de identificações racionalizadas, de dados racializados para controle dos corpos e construções de espaços gentrificados. Esse mundo, essa lógica que fomenta esse mundo, precisa acabar. Vidas negras não importam aí.

Aí, o evento da ordem do gesto é reproduzido num evento da ordem da linguagem, numa conjunção necropolítica que reproduz a casa-grande e a senzala, operadas com seus vários capitães-domato de prontidão. Enquanto a polícia é a mão visível do Estado, a mão invisível da economia continua sua etérea expropriação dos que, não sendo nada, na lógica de possibilidade do mercado, de nada precisam.

O devir negro do mundo, já disse o crítico, ecoa nos oitenta tiros dados contra uma família, ecoa nas balas que encontraram o corpo de Marielle, ecoa nos assassinatos constantes perpetrados pelos “autos de resistência” justificados pelas fortes emoções dos cães do Estado. Ecoa na bomba lançada contra crianças palestinas e na fila de desempregados no Vale do Anhangabaú.

É preciso ultrapassar a emergência pura de si — da reafirmação da identidade contra a determinação — e implodir o estrito paralelo do lugar, do espaço sociossimbólico de relações de morte. É preciso fugir ao desvio de “direita” que reconduz a brutalidade objetiva da reafirmação do lugar para negar a possibilidade do novo que está inerente ao que morre, ao velho. É preciso determinar a determinação, implodir os limites lógicos de uma vida que nega a vida.

As balas, o ódio parasitário das elites econômicas, os tanques, as polícias concretas e imaginárias introjetadas na psique como fantasmas que não dançam. O horror da injustificada morte, o medo como rotina, as crianças agachadas debaixo de carteiras, a mãe desesperada no portão. A mercadoria especialmente para negros, cabelos cacheados e sedosos, a bala especialmente feita para o corpo negro, oitenta tiros num carro que ia para o chá de bebê. Um

corpo negro, nada mais. Um nada, ser-nada.

Vidas negras não importam.

Abandonemos a identificação, tornemo-nos sujeitos. A nossa luta é feita na exata medida em que o lugar simbólico de morte passa a ruir ruidoso. A política deve erguer-se contra a necropolítica. Como disse outro crítico: a política é uma raridade. O sujeito também.

A simples contradição de classes sociais é uma estrutura permanente, lugar marcado nas relações econômicas; a luta de classes, pelo contrário, é um processo efetivado pela particularidade das condições, seja da ordem epidérmica, da ordem fantasmagórica dos gêneros, da ordem da nacionalidade, da sexualidade... A luta emerge quando a política se efetiva, a identidade se rompe quando a classe caminha.

Lugares e lugares, identificação de identidades estanques, uma violência repulsiva fortalecida pelo modo de operação capitalista. Ambas operam no interior da contradição de classes, que nada tem em comum com a luta de classes. A contradição não é equilíbrio, mas ordem da desigualdade. Assimetria essencial.

A nossa contradição essencial, brasileira, naturalizada em nossas cabeças como algo comum, chegou ao ponto decisivo. O desequilíbrio, que noutros lugares do globo geralmente se resolvia pelo senso democrático, aqui sempre se resolveu com a violência instituída na forma de necropolítica escravista. O Estado é a exceção. A exceção é a morte normatizada de pretos. Em um capitalismo tardio e agonizante, nossa elite nômade não se importa com discursos, com politicagem, senão com o lucro e com sua estadia em alguma ilha desconhecida. Temos o dever de nos livrar de suas carcaças parasitárias.

Emergir do nada, do fora-de-lugar, e destroçar o espaço simbólico da morte é tarefa urgente. A luta do velho e do novo; a ideia de justiça que vai contra a justiça institucionalizada serão os vazios constituidores de uma nova política que tem por fim criar condições para uma nova vida.

Se o devir negro já é uma realidade no muro entre Estados Unidos e México, nas bombas contra os palestinos, na infundável guerra da Síria, no contingente populacional desempregado, nas favelas

cercadas do Brasil, o Negro é também o portador do novo mundo.

O que realmente se passa com isso, sob isso, é a vontade de mercantilizar, a crueldade naturalizada, aberta ao público, fechada ao particular, tornada lei de Estado para fins de controle e manutenção. A lei, que é a forma prioritária de evitar qualquer transformação, se apodera da suposição religiosa para levar o martírio dos excluídos à mais horrenda culminância. Nada há mais de justo dentro desse Estado.

O necropoder, mantido pela burguesia, apreende nesse Estado assassino as últimas antíteses que chega a encontrar para seus autênticos desejos de lucro; ele reinterpreta esse desejo como política representativa, ele se retesa na contradição assimétrica e excludente; toda forma de controle e toda síntese só é permitida com a extirpação concreta daqueles que não se dobram — ou melhor, nem ao menos podem se dobrar — ao império do mercado.

Essa crueldade sociossimbólica no Brasil é possível graças à nadificação do negro. O negro que é um nada e como nada é morto quando convém à ordem. A sombria e enervante tristeza desse Estado de morte tornado forma de sociabilidade rentável ao mercado só poderá ser superada com sua total destruição. Olhar por longo tempo esse abismo, não se assustar e mergulhar na noite de tormenta necessária para que a aurora irradie é a forma de esse nada tornar-se tudo.

Aqui há a doença que se tornou normativa, é uma gangrena admitida.

Será o vazio que engendra o movimento social, gesto pelo qual, rompendo a pura exclusão normativa, se esboçará uma correlação que inclua uma nova posição fundamental. A tempestade imprevisível da rebelião. A coragem invencível, a busca por justiça, o sonho pelo fim das desigualdades sociais e a luta pela apreensão das diferenças que nos constituem seguem sendo o percurso franqueado pela força negra.

É a mesma força que fez, ao se decretar a República, que os negros se auto-organizassem, fizessem seus biscates, criassem seus jogos, instituíssem as escolas de samba — lugar que de fato fornecia uma formação integral. É a mesma força que construiu, ao se

decretar a democracia, alternativas concretas de vivências espirituais, de resistências contra os desmandos policialescos, de formação cultural distinta e capaz de beleza radiante, estrondosa.

Por fim, é a mesma força que sabe, a despeito da normatividade burguesa, que esta ordem que irá evanescer tem por natureza fazer com que ela própria desapareça; sabendo, portanto, que só o que falta ao Todo que advém pode lhe assegurar perenidade. Sabendo, em suma, que a própria noção identificatória irá desaparecer, e com ela os fantasmas policialescos dessa ordem simbólica horrenda.

Lucas Mendes de Oliveira



Desabafo

Peço licença aos meus ancestrais negros e negras, vivos e não vivos, para me permitir o Às.e de fala, pois eu preciso falar.

Hoje o dia amanheceu mais branco, e não posso mais me calar sob a justificativa de que este não é o meu lugar de fala por inteiro; e não é. Eu nem saberia dizer se existe um lugar por inteiro, ou se seria esta mais uma das minhas desculpas para seguir sem falar. Me apropriado, com a licença de Djamila Ribeiro, e rompo meu silêncio na busca — muito provavelmente, interminável — deste lugar de fala para que eu não siga mais impedido de falar... sobre este outro lugar que é nosso, é meu e também seu, entretanto, não é exclusivo; portanto, antes que retruque, peço que apenas me escute.

Você pode estar se perguntando: por que o dia amanheceu mais branco?

Pergunte a Leonardo Nascimento ou quem sabe a Vinicius Romão sobre os passeios que fizeram ao pelourinho gradeado. Se não está entendendo, talvez não tenha sentido, ou talvez tenha, e achou trivial, banal, corriqueiro ou normal o que dizia o noticiário naquela manhã. Os anúncios — no plural, para que não diga que se trata de exemplo isolado — contavam da descondenação, acrescento que apenas parcial, e da soltura do jovem e do ator, ambos negros, após sete e dezesseis dias detidos, respectivamente, por “engano”. O primeiro por suposto latrocínio, o segundo por roubo — ambos, suponho, sem a justa indenização pelos talvez irreparáveis danos às suas identidades. Nas notícias, usaram-se as palavras “inocência” e “engano”. Engano das testemunhas em ver detalhes além da cor que permitissem identificar os corretos autores dos crimes. Pergunto-me e pergunto-lhe: houve mudança nas leis e estou desavisado, ou

seria a referência do jornal endereçada à minha inocência? Sempre se ouve falar da presunção de inocência, ou, em simples português, que todos são inocentes até que se prove o contrário. Qual prova e por qual crime responderam Leonardo e Vinicius? Não encontrei lei ou alguma emenda constitucional sobre, quem sabe, o princípio da presunção de suspeição, no mesmo português colonizante e escravizador: o direito a incriminar alguém por ser suspeito, de forma tal que é mais válido assumir a sua condenação. Talvez com meu quase nulo juridiquês, eu não tenha compreendido o português erudito do princípio de presunção de inocência. Muitas vezes, a erudição é um método eficaz de distração para que olhares mais radicais não percebam que suas raízes estão sendo cortadas.

•••

Guardei ainda incompleto este texto há cerca de três meses, pois não encontrava as ideias e palavras para seguir falando. Até que me vieram oitenta estouros claros e límpidos, registrados pela câmera de um celular anônimo para não haver contestação, e que falaram por mais de milhares de falas abafadas, todas interrompidas sem a mesma possibilidade que tenho eu neste momento de desabafar. São tempos difíceis, mais difíceis que outrora, mas “desde que o samba é samba é assim” e as águas de março, desta vez, não fecharam o verão: adentraram abril inundando um rio que, sem mais por que rir, chorou. Não é a primeira vez e também não será a última deste “lamentável incidente natural”, e estas palavras não são minhas. O incidente naturalmente humano de não entrar em acordo com a natureza e fazê-la chover lágrimas dolorosas sobre um rio cheio de sangue por outro “lamentável incidente”: oitenta tiros de fuzil, e silêncio no Planalto Central, silêncio nos palcos de recital e silêncio em boa parte do Brasil.

Talvez porque os dias seguem amanhecendo muito brancos é que a presunção de suspeição dê direito a disparar contra uma família inteira no seu caminho para um chá de bebê, pois aquele rosto negro, segundo a validada estatística desconhecida, é 99,99% criminoso. Os assassinos contam com a ilustre defesa presidencial e

nada menos racista que advoga: “O Exército não matou ninguém, não. O Exército é do povo e não pode acusar o povo de ser assassino, não”. Como diz Freud, uma negação espontânea sem a prévia contradição externa equivale a uma afirmação que não pode ser dita. Então eu digo: sim, podemos acusar aqueles integrantes do Exército e seus mandantes, e não o povo, de ter matado Evaldo, sim. Segundo palavras de um vice-presidente nada mouro, pois se fosse tão mouro como se intitula, Mourão, saberia ser descendente de habitantes do norte da África, e assim talvez não dissesse que, “se fossem disparos controlados e com a devida precisão, não teria sobrado ninguém, o que seria ainda pior a tragédia”, e que, “sob forte pressão e sob forte emoção, ocorrem erros dessa natureza”. Assim, juntos, disparam pelo gatilho presidencial o 81º tiro, fuzilando a lembrança daquele homem negro assassinado por suspeita e suposto engano, como veiculam os jornais mais uma vez, sem perceber a violência implícita do eufemismo. Evaldo foi vítima do suposto engano de parecer suspeito; suspeito de traficar, suspeito de roubar, suspeito de matar, suspeito de feder, suspeito de foder, suspeito de não saber, suspeito de servir para apenas servir, e sorrir, suspeito de fazer graça no campo ou no palco, mas pelo que da boca vem nada se ouviu.

Por tudo isso, estou sob forte emoção, mas não cometerei o erro de normalizar esta nem outras mortes, de incidentalizar esta morte, assim como não normalizarei aquelas e milhares de outras prisões “por engano”. Tentemos tirar o racismo da gaveta e trazê-lo às mesas — às mesmas mesas que seguem, majoritariamente, sendo servidas por mãos negras e sentadas por nádegas brancas. Eu sento nesta mesma mesa com as minhas nádegas negras, muitas vezes solitário, e tento o quanto posso estar consciente disso. Antevejo uma possível distorção cognitiva normalizadora e sedutora de transformar uma exceção em regra, e peço que, se tiver pensado que os muito raros exemplos de negros e ainda mais raros de negras em lugares sociais privilegiados seriam a prova contumaz da inexistência do racismo, por favor, pare aí. Não dispare o 82º tiro, que talvez não matará, mas que há de ferir gravemente, pois se

dirige ao falso disfarce protetor da ascensão social. Peço, se ousar, que pergunte o que pensa Evaldo dos Santos da Rosa quando retornar em seu espírito ancestral no terreiro acolhedor de alguma mãe preta enquanto perambula em busca da paz que não encontrou por aqui.

Talvez todos os seus dias amanheçam mais ou menos brancos, e você não tem culpa. Tem, contudo, muita responsabilidade. Meus dias sempre amanhecem, regularmente: homem, cisgênero, heterossexual, médico psiquiatra, com remuneração acima da grande maioria da população brasileira, entre outras tantas inúmeras possibilidades de descrição de mim que são, sob o ponto de vista da estrutura sociocultural vigente, grandes privilégios. Tenho, talvez sob algum outro olhar, radical (e não por raiva, mas por raiz), outros privilégios de despertar diariamente: latino-americano, brasileiro, nordestino, baiano, homem com alta feminilidade explícita. E também afro-brasileiro ou negro, ou preto, ou *black*, ou afro; os determinantes envolvidos na escolha do adjetivo não são o mais importante neste momento, mas precisamos falar sobre a pele de cor preta.

Felizes de nós, humanos, se, em algum momento, realizássemos (já fui mais otimista) o que deveria se tratar apenas e exclusivamente das múltiplas possibilidades de diferentes e belas tonalidades de pele. Entretanto, simplificar exige muito esforço, o que acaba por se tornar um trabalho quase utópico.

A pele de cor — neste caso, preta — não é apenas uma cor de pele, como versa o mito da democracia racial, que tenta, de maneira quase bem-sucedida, apagar toda a história negra de origem africana, esta que antecede em muito a escravidão negra. Felizmente, ele falha em sua missão eugenista pela resistência incansável dessa história em se manter viva pela força da sua tradição oral. No lugar desta história ancestral dos inúmeros e diversos povos negros do mundo, contam-se falsas fábulas editadas com propósito de incutir a ferro em brasa no ideário social o que há de pior, violento, sujo e diabólico ao que é negro.

Quando não é mais possível esconder completamente tamanha beleza, ela é disfarçada para que você não veja e sinta com clareza

o rosto negro e a força dos sete orixás invocados nos seus sete pulos sobre as ondas do mar, vestido todo de branco, a cada virada de ano, enquanto busca por proteção espiritual. Por que tanto trabalho para esconder algo tão belo? Para muitos, sentar-se ao trono é estar sob o fantasma constante de perder ou, talvez de maneira mais justa, dividir seus privilégios. Os negros e as negras descendem da África, a escravidão descende dos escravizadores; peço por favor que não confunda e não cobre das vítimas as custas pelo *habeas corpus* concedido àqueles que, coincidentemente, têm parcela majoritária do poder neste profundo tribunal social inconsciente.

Por último, escute o cantor e compositor Emicida, com toda sua oralidade ancestral, quando canta que “eles querem que alguém que vem de onde nós vem seja humilde, nunca revide, finge que esqueceu a coisa toda...”, enquanto somos lembrados diariamente da coisa toda por “incidentes” como os de Leonardo, Vinicius e Evaldo. Encerro, assim, meu desabafo, torcendo para que ele o incomode, assim como os dias mais brancos incomodam a todos nós. E peço que entenda por nós, por todos, independentemente de cor, credo, gênero, raça, altura, gordura, deficiência, descendência, postura, o que for. Não entenda, entretanto, por nós, todos iguais, posto que não somos, nunca fomos, e esta deveria ser a nossa grande vantagem evolutiva: a diferença.

Desejo a nós mais cor no amanhã, e que este colorido amenize a dor que, muitas e muitas vezes, diariamente, em silêncio, sentimos.

Walkyria Chagas da Silva Santos
Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo
Eva Dayane Góes



Morte encomendada: mata que é negro!

*Experimenta nascer preto na favela pra você ver!
O que rola com preto e pobre não aparece na tv.*
— Bia Ferreira, “Cota não é esmola”

No dia 7 de abril de 2019, morreu mais um negro no Brasil. Ele estava com a família, se dirigia para um chá de bebê e foi atingido por nove dos 83 tiros disparados pelo Estado brasileiro que atingiram seu veículo. Ele, o músico Evaldo Rosa dos Santos, e o catador de materiais recicláveis, Luciano Macedo, morreram, e a causa da morte foi o racismo institucional. Quem matou esses dois brasileiros negros e quem mata os negros e negras todos os dias não é a bala, não é a fome, não é a morte morrida.

A sociedade brasileira foi assentada a partir das bases da exploração da mão de obra do corpo negro. Tendo a sua humanidade violada durante todos os dias em que viveu sob o jugo da escravidão, a população negra não obteve mudanças significativas com a abolição. O capital simbólico, material, cultural e econômico que a população branca acumulou durante todo esse período reflete nas condições atuais de desigualdade que muitos apontam como social ou econômica. Para o negro, contudo, a desigualdade que mais grita, que mais fere e que mais mata é a desigualdade racial.

É o racismo institucional que permite que os procedimentos médicos utilizados em nós, negros, sejam aptos para descobrir doenças em brancos, gerando subnotificação; é ele também que permite que uma pessoa internada em hospital seja visitada pelo padre, mas não por uma mãe de santo; é ele que permite que as mulheres negras sejam as que menos recebem anestesia durante o parto; e também é ele que permite a morte de várias negras por aborto clandestino todos os anos.

O racismo institucional é uma arma letal contra o corpo negro. Ele executa bem o seu serviço, não erra um tiro. Quando não fere nosso corpo, respinga em nossa alma. Nos enxota para os locais mais vazios, frios, úmidos e fétidos. E não pense que estamos falando das penitenciárias: elas também estão superlotadas de corpos negros, mas não, nós estamos falando de um lugar que deveria auxiliar no combate ao racismo e à segregação: a universidade.

A universidade é um lugar para sair da caixinha. “Vamos pensar diferente, vamos fazer diferente”, dizem muitos professores e professoras. Mas quando você é negro ou negra, aí a universidade grita: NÃO! Não ao cotista, aos negros, às diferenças; não a novas abordagens epistêmicas. NÃO! A universidade é um lugar historicamente negado ao negro. O racismo epistêmico permitiu que até recentemente os conhecimentos elaborados pelos negros, pelas negras e por outras minorias ficassem encobertos: tais pesquisadores ou não apareciam nas referências ou não tinham cor.

Daí fica fácil entender por que verificamos poucas citações aos pesquisadores negros, indígenas, homossexuais, transexuais. Nós existimos, mas a academia foi um lugar de privilégio e vantagem para os homens brancos heterossexuais, e invisibilizou as populações que em algum momento ajudou a marginalizar. Esse lugar de produção científica é historicamente marcado pelos privilégios, o que nos remete aos conceitos de branquitude e colonialidade.

A universidade precisa ser um lugar para repensar a sociedade, para desconstruir o preconceito racial que foi acumulado em nossa população durante séculos, e precisamos dos corpos e cabeças negras nesse processo, precisamos ocupar esses espaços na busca da superação do racismo.

Por isso, é tão importante emergir desses lugares que nos empurram, e incomodar com nossos questionamentos, nossas pesquisas, nosso lugar de fala. Dar centralidade àquilo que somos, o que mais dói, o que grita. A luta dos cidadãos historicamente excluídos tem garantido novas discussões, assim como a perspectiva de superar o racismo institucional e epistêmico.

Nesse contexto é necessário ressaltar o valor da prática antirracista, anti-homofóbica e antissexista, não só pelos sujeitos, mas por toda a sociedade. Por isso, é relevante que todas as pessoas tenham consciência e informação, para cada vez mais praticar atitudes que buscam a realização de uma sociedade mais justa, independentemente de cor de pele, etnia, classe, sexualidade, idade.

Em um país majoritariamente negro, mas culturalmente embranquecido, não basta educar contra o racismo: é preciso fomentar a cultura antirracista. Não podemos mais permitir que os brancos nos digam qual é o nosso lugar, não iremos mais ocupar o lugar que essa sociedade reservou para nós. Quero ocupar os espaços de poder, sejam eles políticos, sociais, educacionais ou culturais, queremos os direitos e a cidadania que nos foram negados secularmente, queremos igualdade de condições, queremos sossegar nossos corações ao ver nossos filhos, sobrinhos, irmãos, pais e amigos negros saírem para ir ao supermercado, à padaria ou a um chá de bebê e voltarem vivos e sem sofrer humilhações pelo simples fato de serem negros. O que estamos pedindo é igualdade. Igualdade irrestrita, mas que também pode ser traduzida, atualmente, como direito à vida, a uma vida digna, livre do medo da morte iminente, da pobreza extrema da qual os negros são os maiores protagonistas, de serem sempre os culpados mesmo quando são inocentes.

Acessar espaços de poder e ter representatividade é essencial para que os negros ascendam socialmente, e a universidade é um destes espaços. Mas como assim, negros querendo espaços de poder? Ser deputados, senadores, presidente? Estudar nas melhores universidades? Ser doutores? Precisamos é garantir a diversidade e a interculturalidade na produção científica, mas também é importante

que os próprios sujeitos escrevam sobre os seus problemas, suas lutas, sua história, saindo da postura de objeto da ciência para sujeito.

Portanto, a morte real ou simbólica do corpo negro é uma morte encomendada, uma morte liberada: o racismo institucional garante a permissão para matar. Pode matar, mata que é negro! Mas nós, negras, Dandaras, estamos aqui vivas para dizer não: não ao racismo institucional, não à morte do corpo negro, não ao racismo epistêmico.

Uma mão puxa a outra. Nós precisamos estar dentro da universidade, nós precisamos lutar com o nosso capital intelectual. A educação é arma de resistência. As estatísticas confirmam os negros e pobres nos trabalhos manuais, e as crianças negras no trabalho infantil. As mulheres negras estão lavando e limpando a casa das mulheres brancas. Que país é esse? A mudança está em colocar tudo de cabeça para baixo e transformar totalmente as estruturas sociais desiguais e racistas da nossa sociedade. Precisamos de uma educação transformadora, mas para ser doutor ou doutora é preciso, antes, estar vivo. Juventude negra viva! Viva a juventude negra que entrou e tem entrado na universidade, enegrecendo a academia e ampliando as discussões para o olhar da periferia! Viva a educação de todos! Viva a educação para a vida, a vida sem amarras, a vida livre. Um viva a todas as Dandaras!



Nunca foste mãe gentil

Supremacia branca é o sistema de dominação através do qual historicamente a branquitude tem subjogado, direta ou indiretamente, as pessoas não brancas. Em outras palavras, corresponde à construção social de uma estrutura que, operando em diferentes níveis e espaços, visa garantir uma série de privilégios, ainda que simbólicos, a um determinado grupo de pessoas.

É nesse contexto que o racismo se mantém e se reproduz enquanto sistema de opressão baseado numa hierarquia racializada das relações de poder. Pressupõe, necessariamente, um grupo dominante e um grupo dominado. Essa dimensão ideológica do racismo é de tal modo assimilada e naturalizada pela sociedade que está presente na sua própria estrutura, incorporada em suas práticas e reproduzida nas suas instituições.

Depreende-se, portanto, que, muito além de uma prática individual, o racismo apresenta uma dimensão institucional e, sobretudo, *estrutural*, porquanto está essencialmente imbricado na formação histórico-social do Brasil. Por quase quatrocentos anos, o negro foi literalmente tratado como objeto. O regime escravista, que vergonhosamente faz parte da nossa história, negou ao negro sua dignidade enquanto ser humano a ponto de transformá-lo em mercadoria. Tudo isso em perfeita consonância com o sistema jurídico da época.

O enorme período escravocrata do país deixou profundas marcas no tecido social brasileiro. Esse momento da nossa história implicou um projeto político marcado por estruturas de poder desiguais que alimentam e mantêm privilégios socioeconômicos, culturais e de distribuição de direitos e deveres, algo muito próximo do que

Charles Mills denomina "contrato racial".

A construção social dessa hegemonia da branquitude se sustenta devido ao aparato institucional que atua tanto na construção de consensos sobre a dominação (ideologia) quanto na legitimação dos critérios raciais que perpetuam o uso da força estatal (violência material). Esse racismo institucional, portanto, "faz com que a cultura, a aparência e as práticas de poder de um determinado grupo tornem-se o horizonte civilizatório do conjunto da sociedade".¹⁴

Nesse sentido, engana-se quem acredita que o Estado se mantém neutro em relação aos conflitos internos da própria sociedade que o compõe. O Estado cumpre um papel significativo no que diz respeito à manutenção e reprodução de uma determinada ordem racial, seja garantindo os privilégios dos brancos, seja mantendo a subordinação dos não brancos.

O papel do Estado no fortalecimento do racismo fica mais nítido quando se reconhece que ele é, em sua gênese e constituição, o único detentor do uso legítimo da força. O que se verifica na prática é que a violência estatal atinge de formas substancialmente diferentes os corpos brancos e negros. Basta abrir o noticiário para nos depararmos com notícias de corpos negros assassinados quase diariamente pelo próprio Estado, seja por meio das forças armadas ou da polícia.

Diante dessa realidade, vislumbra-se a necessidade de refletir sobre a materialização da violência em determinados corpos, ou seja, indagar sobre quais seriam os fatores e discursos que legitimam o Estado a assassinar, com oitenta tiros, toda uma família negra numa tarde de domingo.

Essa violência contra corpos negros, entendida como uma decorrência direta do racismo, é concebida dentro da estrutura social e reflete relações de poder. A violência, no nível estatal, atua como uma forma de controle social, usada para manter os sistemas de estratificação social e hierarquização. A polícia é, nesse sentido, um agente de controle social que reforça o *status quo* da sociedade.¹⁵ Tais instituições, portanto, "são fundamentais para a consolidação de

uma supremacia branca”.¹⁶

Configura-se, dessa forma, um conjunto de fatores que reforça a percepção de uma sociedade profundamente racializada. E, justamente por ser pautado por uma ideologia segregacionista que reproduz relações hierárquicas de poder, o tecido social acaba por espelhar essa lógica em todos os seus setores. O Estado, por sua vez, assimila e reproduz, no nível institucional, um problema que advém de um processo político da nossa formação histórica.

Ao analisar os dados de pesquisas sobre violência, é possível verificar que, no espaço de uma década, a taxa de homicídios de pessoas negras cresceu 23,1%, enquanto entre os não negros, no mesmo período, essa taxa teve uma redução de 6,8%.¹⁷ Estamos diante de um cenário de violência sistêmica e estrutural que não parece retroceder. O genocídio negro não é um delírio identitário, como insistem alguns isentos; decorre de um projeto político já internalizado na consciência coletiva.

Por “genocídio negro”, entende-se não apenas o uso sistemático da violência como forma de assujeitamento dos corpos, mas também todos aqueles atos, materiais ou simbólicos, que objetivam a destruição de um determinado grupo. Inclui-se nesse caso, como bem observou Abdias do Nascimento,¹⁸ o genocídio epistemológico, as tentativas de embranquecimento populacional, a perseguição da cultura afro, a violência simbólica e a invisibilização racial.

A naturalização do uso da violência se perfaz, portanto, enquanto técnica de dominação. Toda essa violência imanente-sistêmica, que precede a materialização do ato violento em si, é um tipo de violência alimentado pela ideologia que sustenta a supremacia branca, um espaço discursivo que se traduz em expressão de poder.

Corpos negros são lidos como corpos inferiores. Corpos negros precisam temer os policiais, porque correm o risco constante de serem mortos pelo Estado. Corpos negros são vistos como bandidos em potencial. Corpos negros são sempre suspeitos de roubar algo ou machucar alguém e, portanto, toda e qualquer violência contra esses corpos se justifica em nome de uma profilaxia social. O medo é tanto a metanarrativa que orienta o aparato disciplinar do Estado

quanto os efeitos pretendidos no corpo político.

Essa abjeção envolta em pré-julgamento revela uma das facetas mais cruéis do racismo: a criação de sujeitos indesejáveis. Conseqüentemente, por serem indesejáveis, esses corpos não despertam a mesma comoção quando são ultrajados, desrespeitados, violados ou exterminados. São o objeto comum da violência contida nos "discursos de diferenciação e patologização de sujeitos que estão à margem dos aparatos políticos e culturais dominantes".¹⁹ São corpos subalternizados.

Portanto, o racismo opera também como um mecanismo de estigmatização que influi diretamente na construção de subjetividades. A ideia de inferioridade baseada em critérios fenotípicos é claramente adotada pelo Estado como critério. Por conseguinte, o emprego deliberado do excesso de violência para com corpos negros reproduz a lógica de exclusão e extermínio utilizada pelo próprio Estado para classificar quem é o inimigo e, conseqüentemente, quem merece morrer.

Qualquer leitura da sociedade que desconsidere a racialização existente nas estruturas sociais é uma leitura incompleta. A ideia de raça se encontra de tal modo presente no contorno assimétrico das relações de poder que ignorá-la significa desprezar todo o passado histórico da própria formação do Brasil.

O racismo que molda nossa percepção do mundo está tão enraizado na cultura, nos costumes e nas instituições que as práticas de exclusão e extermínio de cidadãos negros tornam-se lugar comum na gramática social. O Estado, por sua vez, constituído pela sociedade e em seu interior, não se reveste da neutralidade que lhe é atribuída tradicionalmente. Nesse sentido, "as formas de violência manifestas e expressas se referem às estruturas implícitas que estabelecem e estabilizam uma ordem de domínio, e que, como tais, eximem-se de visibilidade".²⁰

A máquina estatal, através do seu aparato disciplinar (polícia, forças armadas, militarização), acaba por reproduzir práticas racistas alimentadas pela ideologia de supremacia da branquitude que se constitui em violência sistêmica e estrutural. O Estado opera, desse

modo, utilizando-se de dois mecanismos básicos, quais sejam, o condicionamento ideológico e a repressão institucional.

Conseqüentemente, a assimilação pelo Estado dessa ideologia que vê corpos negros como subalternizados, indesejáveis e, portanto, passíveis de eliminação, resulta em tragédias como a que ocorreu no domingo, dia 7 de abril de 2019, no Rio de Janeiro, quando um grupo de pessoas negras foi alvejado numa verdadeira manobra de extermínio protagonizada pelo Exército brasileiro.

Acostumamo-nos a naturalizar a morte do negro. Ignoramos não somente a sua dor, mas também o seu extermínio. Deslegitimamos as suas lutas com o único intuito de manter o *status quo* e os privilégios da branquitude. Não percebemos que fomos ensinados a acreditar que vidas negras não importam e continuamos reproduzindo esse pensamento. Não basta meia dúzia de *hashtags* nas redes sociais para alterar séculos de racismo advindo do nosso passado escravista. Toda indignação é inócua se não repensarmos os lugares de privilégio e usarmos isso para dar voz a quem foi historicamente silenciado.

¹⁴ ALMEIDA, Silvio Luiz. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018, p. 31.

¹⁵ WEISSINGER, Sandra E.; MACK, Dwayne A.; WATSON, Elwood (Orgs.). *Violence against black bodies: an intersectional analysis of how black lives continue to matter*. Nova York: Routledge, 2017.

¹⁶ ALMEIDA, Silvio Luiz. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018, p. 35.

¹⁷ CERQUEIRA, Daniel (Coord.). *Atlas da Violência 2018*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2018.

¹⁸ NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do povo negro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

¹⁹ ALDAMA, Arturo J. (Org.). *Violence and the body: race, gender and the State*. Bloomington: Indiana University Press, 2003, p. 5.

²⁰ HAN, Byung-Chul. *Topologia da violência*. Petrópolis: Vozes, 2017.

André Nicolitt
Paulo Henrique Lima



De tigres a tiros: negros, segurança pública e necropolítica

“Tigres” eram os escravizados responsáveis pelo transporte de barris com dejetos humanos produzidos pelas famílias abastadas do Rio de Janeiro. Eles carregavam esses barris até o mar, onde eram derramados. Pelo caminho, merda e urina vazavam e se espalhavam por todo o corpo do escravizado, o que, devido à ação do sol, deixava a sua pele “rajada”, semelhante à dos felinos que lhes emprestaram o nome.

Vivemos um momento crônico do país quando a história vem sendo desautorizada por governos, instituições e indivíduos descompromissados com a produção acadêmica. Questionam a existência da ditadura, afirmam que a Terra não é redonda e dizem que machismo, homofobia e racismo são ficções.

Por essa razão, ao denunciar mais um ataque cometido pelas forças de segurança pública, neste caso o Exército, contra a população negra e periférica, decidimos revisitar o papel degradante que é imposto ao negro desde que desceu do tumbeiro. Estas são as premissas para a compreensão das políticas atuais de segurança pública. Qualquer relato histórico sobre o surgimento do terror moderno precisa tratar da escravidão.

A história dos escravizados tigres, estrato mais degradado da economia colonial, permite pensar como fica naturalizada a centralidade negra na necropolítica — estado em que o poder

soberano decide quem morre, quem é matável, quem é vida nua: os corpos negros ocupam a posição central dessa decisão política.

A necropolítica pode ser definida como uma política centrada na produção da morte em larga escala, sendo a marca de um mundo em crise sistêmica. Nesta perspectiva, como ensina Achille Mbembe, a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer.

A necropolítica possibilita uma análise crítica dos fenômenos de violência próprios da periferia do capitalismo. Relacionando esta ideia com as políticas de segurança pública, tem-se que, se para uns a segurança pública significa proteção, para outros ela significa a morte. É a morte do outro, sua presença física como um cadáver, que faz o sobrevivente se sentir único. E cada inimigo morto faz aumentar o sentimento de segurança do sobrevivente. Uma lógica de segurança pública fundada na necropolítica garante, para alguns, o gozo dos direitos, enquanto, para outros — os “condenados da terra”, tão lembrados por Frantz Fanon —, materializa o permanente estado de exceção.

Os números da violência e da letalidade policial no estado do Rio de Janeiro são assustadores e demonstram que a morte de Evaldo Rosa, após ter seu carro atingido por 83 tiros disparados pelo Exército em 7 de abril de 2019, não se trata apenas de um caso isolado. De janeiro de 2016 a março de 2017, a polícia do Rio de Janeiro matou 1.227 pessoas, sendo que 90% eram negras ou pardas.²¹ A morte a partir da cor não é exclusividade das forças de segurança pública fluminenses. Em São Paulo, entre 2015 e 2016, segundo o Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a polícia matou três vezes mais negros do que brancos. Por outro lado, entre os policiais mortos, neste mesmo período, também encontramos número expressivo de negros: 223, em um total de 573.

A atual quadra da história brasileira está marcada pela ascensão de uma política de extermínio, o que pode ser visto pela efusiva proposta do governo do estado do Rio de Janeiro sugerindo o abate

de suspeitos e a utilização de drones e *snipers* como táticas de controle ao crime. No plano nacional, o pacote anticrime do Ministério da Justiça propõe a legalização do abate de suspeitos, ampliando desmedida e irracionalmente as hipóteses de legítima defesa para beneficiar agentes policiais.

Antes mesmo que o projeto fosse votado ou aprovado, o recado já fora passado para as tropas. Os resultados que o debate acadêmico aponta, em caso de aprovação de tamanho absurdo, já começam a aparecer. Os tiros que atingiram o carro do músico Evaldo Rosa são uma ilustração perfeita do cenário da ampliação não mais disfarçada da necropolítica voltada ao extermínio da população negra e periférica. As forças policiais funcionam como um verdadeiro grupo de extermínio institucional, seguindo à risca o protocolo de segurança pública defendido pelos ascendentes governantes.

O poder não pretende mais efetuar o controle pela via disciplinar, bem definida por Michael Foucault. O objetivo não é mais prender, pois a ordem da economia máxima é representada pelo massacre. Assim, o novo ideal não é encarcerar, e sim matar. Cria-se um cenário de guerra permitindo uma modalidade de crime que não faz distinção entre inimigo interno e externo, e populações inteiras são alvo do soberano. A vida cotidiana é militarizada.

É claro que essas mortes e prisões não ocorrem nem ocorrerão da mesma maneira em todos os territórios — e, conseqüentemente, não atingem nem atingirão as mesmas pessoas. O projeto de “segurança pública” tem alvos muito bem delineados, a partir da cor, CEP e idade dos sujeitos em questão. Como afirma Angela Davis, “é fato que é possível se tornar alvo da polícia por nenhuma outra razão além da cor da pele.”²² Um exemplo do que a autora nos ensina foi divulgado pelas mídias e redes sociais no dia 23 de janeiro de 2013.²³ Trata-se de uma ordem de serviço da Polícia Militar de São Paulo, assinada pelo capitão Ubiratan de Carvalho Góes Beneducci, que deixa claro o racismo impregnado nesta instituição.

A raça é um elemento essencialmente político, e os eventos da Segunda Guerra Mundial e o genocídio perpetrado no período são evidências disso. A raça não existe como fato natural, físico,

antropológico ou genético. A raça não passa de uma ficção útil ou de um projeto ideológico de desviar a atenção de conflitos verdadeiros e de ordem econômica. Foram circunstâncias históricas de meados do século XVI, como a expansão da economia mercantilista e a descoberta do Novo Mundo, que forneceram um sentido à ideia de raça.

Com efeito, não podemos naturalizar a ação do Estado de extermínio da população negra e periférica disfarçada de política de segurança pública. Vidas pretas importam.

²¹ “9 em cada 10 mortos pela polícia no Rio são negros ou pardos”, em *UOL*, 26 jul. 2017. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/07/26/rj-9-em-cada-10-mortos-pela-policia-no-rio-sao-negros-ou-pardos.htm>>. Acesso em: 3 fev. 2020.

²² DAVIS, Angela. *Estão as prisões obsoletas?* Rio de Janeiro: Difel, 2018, p. 32.

²³ “PM de Campinas deixa vazar ordem para priorizar abordagens em negros”, em *G1*, 23 jan. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2013/01/pm-de-campinas-deixa-vazar-ordem-para-priorizar-abordagens-em-negros.html>>. Acesso em: 3 fev. 2020.

sobre AS AUTORAS E os autores

é mestra em estudos étnicos e africanos, especialista em empreendedorismo e negócio social, desenho, registro e memória visual, e bacharel em design de moda. Cofundadora do projeto literário Lendo Mulheres Negras, no qual, além de trabalhar como produtora e mediadora, é youtuber. Colunista da revista virtual *Extraordinárias*. Ingressou na área do cinema em 2018, atuando como diretora de arte e figurinista.

é doutor em direito pela Universidade Católica Portuguesa de Lisboa, mestre em direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e professor da Faculdade Guanambi, na Bahia, e da Universidade Federal Fluminense (UFF). É membro do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM), do Instituto Carioca de Criminologia (ICC) e do Instituto Baiano de Processo Penal (IBADPP). É juiz de direito do Juizado Especial Criminal de São Gonçalo (RJ).

é advogado, com pós-graduação em direito público, e membro da Associação Nacional da Advocacia Negra. Pesquisa de forma independente a relação entre direito e racismo.

é afrodescendente, escritora, editora e tradutora. Pesquisa narrativas e poéticas ancestrais iorubá e seus desdobramentos na diáspora negra contemporânea, macumbarias, lesbianidades e literaturas insurgentes. É autora de *poemas crus* (Patuá, 2016) e *genealogia* (móri zines, 2019).

é jornalista, especialista em redes sociais e escritor. Possui uma página no Medium com seu nome e é colaborador dos projetos Notícia Preta e Falando de Amor. Comunicador construído pelos afetos que o atravessam e por aqueles que o transbordam. Suburbano carioca de nascimento e notívago por vocação. Preto, sim!

é advogada e professora universitária, especialista em gênero, sexualidade e direitos humanos, com pós-graduação em estado e sociedade na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB).

, nascido em Porto Alegre, estuda administração na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), é ativista do movimento negro na Educafro e coordenador administrativo do cursinho pré-vestibular popular Minervino de Oliveira em Alvorada (RS).

é doutorando em filosofia, romancista e autor do livro *Lugar de negro, lugar de branco? Esboço para uma crítica à metafísica racial* (Hedra, 2019).

é mulher, negra, com pós-graduação em estado e sociedade na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), especialista em gestão pública e graduada em ciências sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Militante feminista e antirracista. Estuda feminismo negro, violência doméstica, ações afirmativas, políticas públicas e solidão da mulher negra.

, jornalista, ativista negro e mestre em literatura pela Universidade Sorbonne Nouvelle Paris III, foi correspondente em Paris para diversos veículos de mídia brasileiros, além de repórter, editor e apresentador na Radio France Internationale (RFI), principal rádio pública do país. É colunista da Mídia Ninja e consultor do coletivo Favela no Poder.

é formado em administração, mas vive em diálogo com as artes. Participa de ensaios fotográficos profissionais e amadores, além de empreender na área de moda. Mantém o perfil @versoafora no Instagram, em que reúne poesias autorais.

é mulher preta soteropolitana, feminista antirracista, comunicadora e educadora popular. Sonha e luta por uma sociedade sem exploração e sem qualquer tipo de opressão.

é um jovem preto, estudante de engenharia florestal na Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), militante do Levante Popular da Juventude, nascido e criado em Itagi (BA), na famosa saracura. Ama viajar e jogar basquete e conversa fora. Gosta de rap, de escrever e nem tanto de ler, vive com a cabeça na lua e é completamente apaixonado pela vida. Mantém o perfil @jonatasbisp0 no Instagram.

é mulher preta, feminista, pesquisadora do segmento infantojuvenil e de questões étnico-raciais. Apaixonada por literatura e livros, é assistente social e faz pós-graduação em serviço social na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Nasceu na cidade de Itaboraí (RJ) e é moradora do bairro Porto das Caixas.

vive e trabalha em Brasília. É poeta, artista visual, formada em letras pela Universidade de Brasília (UnB) e especialista em fotografia. Interessada em elaborar recintos de criação, desenvolve pesquisas relacionadas ao tempo e ao espaço.

é uma carioca, mãe de três filhos, que tenta levar a meia-idade de boa, apesar de acordar todos os dias no seio do inferno que fizeram da América Latina. Aceita o carma que lhe foi dado pelo Universo, mas escreve, para que eles saibam com quem estão lidando.

é tradutora e intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e idealizadora do projeto Literatura & Libras. Tem textos publicados nos livros *Coletânea literária — Eu, mulher, existo e resisto!* (A Estranhamente, 2019), *Paginário* (Aliás, 2019) e *O Livro das Marias* (2019).

tem pós-graduação em direitos humanos pela Universidade de São Paulo (USP), em direitos fundamentais pela Universidade de Coimbra em parceria com o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM) e em direito penal econômico pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). É membra da Frente Estadual pelo Desencarceramento de São Paulo e da Comissão de Igualdade Racial da Ordem dos Advogados do Brasil seção São Paulo (OAB-SP).

, natural de Barreiras (BA), reside em Porto Alegre. É psiquiatra e psicoterapeuta de orientação psicanalítica. Escreve por emoção.

é formado em relações internacionais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com pós-graduação em ciência política pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Rubro-negro de coração, professor de inglês e morador do Engenho Novo, subúrbio carioca, é filho de Juranice e Luiz, irmão mais novo de Guilherme e parceiro da incrível Beatriz.

é Byxa-Travesty, é preta e é educadora. Nasceu em São Paulo e desde sempre reside na periferia de Taboão da Serra (SP). Estudou violoncelo e viola erudita. É estudante de letras na Universidade de São Paulo (USP). É autora do poema "Olhem para mim", publicado na *Antologia Trans: 30 poetas trans, travestis e não binários* (Trans Formação, 2017), e de *Mem(orais): poéticas de uma Byxa-Travesty Preta de Cortes* (Urutau, 2019). Participa de saraus e slams.

é uma artista da diáspora negra. Nascida em Saubara (BA), foi criada em Feira de Santana. É professora e pesquisadora, mestra e doutoranda em literatura e cultura pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde atualmente é professora no Instituto de Humanidades, Artes e Ciências.

é brasiliense, arteterapeuta, especialista em psicologia analítica junguiana. Atriz por formação acadêmica, atualmente se expressa como artista multidisciplinar. Atua clinicamente na Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde, no Rio de Janeiro, e orienta sua clínica também pelo letramento antirracista, feminista negro interseccional e antimanicomial. Tem ampliado debates sobre funções clínicas das artes e questões raciais e de gênero em dispositivos da saúde, da educação e da cultura.

é sociólogo, dedica sua atuação acadêmica ao estudo de relações raciais, movimentos sociais, violência e políticas públicas. Atua politicamente no Partido dos Trabalhadores e no movimento negro.

é estudante de direito da Universidade Federal Fluminense (UFF), coordenador geral do projeto de extensão Pré-vestibular Popular Dr. Luiz Gama, monitor da disciplina de processo penal e membro do projeto de desenvolvimento acadêmico Sistema Penal e STF: Estado democrático de exceção ou pós-democracia?

vive em Salvador desde pequeno, mas nasceu em Vitória da Conquista (BA). Estuda comunicação social com habilitação em relações públicas na Universidade do Estado da Bahia (Uneb), com interesse pela pesquisa de corporalidades dissidentes, arte, negritudes e oráculos. Vive deixando a poesia

tomar conta das coisas que escreve e que o acendem por dentro. Mantém o perfil @sacassinais no Instagram.

é sociólogo e curador de conhecimento na Inesplorato. Seus universos de interesse, pesquisa e reflexão são neoliberalismo, trabalho, questões raciais, desigualdade e masculinidades.

jornalista e ativista negra feminista, é professora da Universidade Presbiteriana Mackenzie, doutora em ciências da informação e da comunicação pela Universidade Federal do ABC (UFABC) e pela Universidade Paris VIII Vincennes - Saint-Denis, e mestra em estudos latino-americanos pela Universidade Sorbonne Nouvelle Paris III.

é formado em comunicação social com habilitação em audiovisual pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Escreve poesia e pesquisa representação em mídias visuais. Mantém os perfis @adrianovctr (Instagram) e @sereiosereno (Twitter).

é estudante de química com habilitação em controle ambiental no Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), em Nilópolis, ativista, pesquisador e tradutor. Escreve sobre política, gênero e amor, e se dedica à obra de bell hooks. Mantém o perfil @biovinciux no Twitter e no Instagram.

faz pós-graduação em direito na Universidade de Brasília (UnB) e em Estado e sociedade na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). É integrante do Grupo de Pesquisa MARÉ — Cultura Jurídica e Atlântico Negro e do Coletivo Dandaras, além de pesquisadora nas áreas de direito público, direitos fundamentais, direitos humanos, religiões afro-brasileiras, direito e políticas públicas, criminologia e racismo, patrimônio cultural, educação decolonial e genocídio da juventude negra.

[cc] Editora Elefante, 2020

Primeira edição, fevereiro de 2020

São Paulo, Brasil

Você tem a liberdade de compartilhar, copiar,
distribuir e transmitir esta obra, desde que cite
a autoria e não faça uso comercial.

Venda proibida.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Angélica Ilacqua CRB-8/7057

De bala em prosa: vozes da resistência ao genocídio negro /
compilado por Vanessa Oliveira...[et al]. São Paulo: Elefante, 2020
148 p.

Vários autores

ISBN 978-85-93115-64-6

1. Negros - Brasil - Discriminação racial 2. Negros-
Brasil - Condições sociais 3. Negros - Brasil - Genocídio
4. Violência policial I. Oliveira, Vanessa
20-1335 CDD 305.896081

Índices para catálogo sistemático:

1. Negros : Brasil : Mortalidade : Violência

Editora Elefante

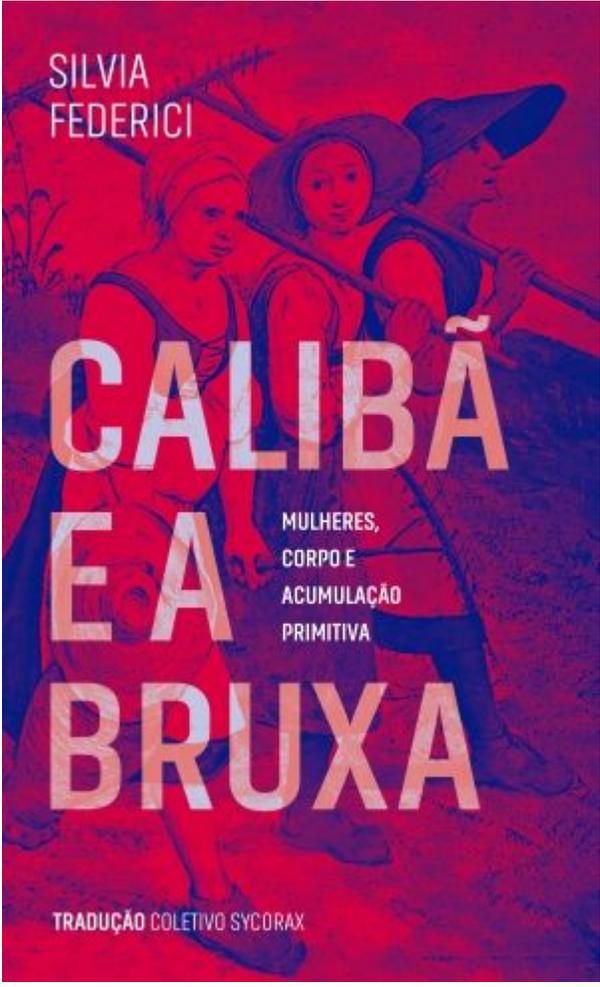
editoraelefante.com.br

editoraelefante@gmail.com

fb.com/editoraelefante

@editoraelefante

SILVIA
FEDERICI

An illustration in shades of red and blue depicting three women in traditional, possibly indigenous, clothing. They are carrying spears and bows, suggesting a hunting or warrior culture. The style is graphic and somewhat abstract.

CALIBÃ E A BRUXA

MULHERES,
CORPO E
ACUMULAÇÃO
PRIMITIVA

TRADUÇÃO COLETIVO SYCORAX

Calibã e a bruxa

Federici, Silvia

9788593115301

460 páginas

[Compre agora e leia](#)

As acadêmicas feministas desenvolveram um esquema interpretativo que lança bastante luz sobre duas questões históricas muito importantes: como explicar a execução de centenas de milhares de "bruxas" no começo da Era Moderna, e por que o surgimento do capitalismo coincide com essa guerra contra as mulheres. Segundo esse esquema, a caça às bruxas buscou destruir o controle que as mulheres haviam exercido sobre sua própria função reprodutiva, e preparou o terreno para o desenvolvimento de um regime patriarcal mais opressor. Essa interpretação também defende que a caça às bruxas tinha raízes nas transformações sociais que acompanharam o surgimento do capitalismo. No entanto, as circunstâncias históricas específicas em que a perseguição às bruxas se desenvolveu — e as razões pelas quais o surgimento do capitalismo exigiu um ataque genocida contra as

mulheres — ainda não tinham sido investigadas. Essa é a tarefa que empreendo em Calibã e a bruxa, começando pela análise da caça às bruxas no contexto das crises demográfica e econômica europeias dos séculos XVI e XVII e das políticas de terra e trabalho da época mercantilista. Meu esforço aqui é apenas um esboço da pesquisa que seria necessária para esclarecer as conexões mencionadas e, especialmente, a relação entre a caça às bruxas e o desenvolvimento contemporâneo de uma nova divisão sexual do trabalho que confinou as mulheres ao trabalho reprodutivo. No entanto, convém demonstrar que a perseguição às bruxas — assim como o tráfico de escravos e os cercamentos — constituiu um aspecto central da acumulação e da formação do proletariado moderno, tanto na Europa como no Novo Mundo. — Silvia Federici

[Compre agora e leia](#)

bell hooks



olhares negros
raça e representação

Olhares negros

hooks, bell

9788593115318

356 páginas

[Compre agora e leia](#)

Na coletânea de ensaios críticos reunidos em *Olhares negros*, bell hooks interroga narrativas e discute a respeito de formas alternativas de observar a negritude, a subjetividade das pessoas negras e a branquitude. Ela foca no espectador — em especial, no modo como a experiência da negritude e das pessoas negras surge na literatura, na música, na televisão e, sobretudo, no cinema —, e seu objetivo é criar uma intervenção radical na forma como nós falamos de raça e representação. Em suas palavras, "os ensaios de *Olhares negros* se destinam a desafiar e inquietar, a subverter e serem disruptivos". Como podem atestar os estudantes, pesquisadores, ativistas, intelectuais e todos os outros leitores que se relacionaram com o livro desde sua primeira publicação, em 1992, é exatamente isso o que estes textos conseguem. *** Ao percorrer essa variedade de reflexões, não há como negar que *Olhares negros*

é um livro que nasce clássico, desafiando as políticas de visibilidade e as noções de representação, levando em conta o que significou e significa o processo de colonização e de dominação nos países marcados pela pior tragédia da humanidade: a escravidão transatlântica. bell hooks reafirma sua vocação de intelectual negra feminista que, de onde vê e intervém no mundo, oferece ferramentas teóricas e práticas para reescrever a história dos dominados. Tal reescrita não terá êxito se não implodir as formas de organização do olhar que esculpiram as pessoas negras e os símbolos da negritude como objetos que se prestam à espoliação e ao consumo. Este livro é, portanto, uma referência obrigatória para os estudos visuais, as teorias da representação e do reconhecimento e os tratados sobre política global. Nas reivindicações por outras incidências do imaginário, é preciso requerer que os sentidos e os significantes asfixiados pela lógica da dominação ganhem vida e circulem socialmente como discurso, pois, como bem lembrou o psicanalista Alain Didier-Weill, "o significante não detém somente o poder de anular o sentido do código, como nos imprevistos, ele é também a pedra angular que pode ser substituída pelo rebotalho, pela escória: no lugar onde o real não teve acesso ao simbólico, jaz, prescrito, o significante, que pode

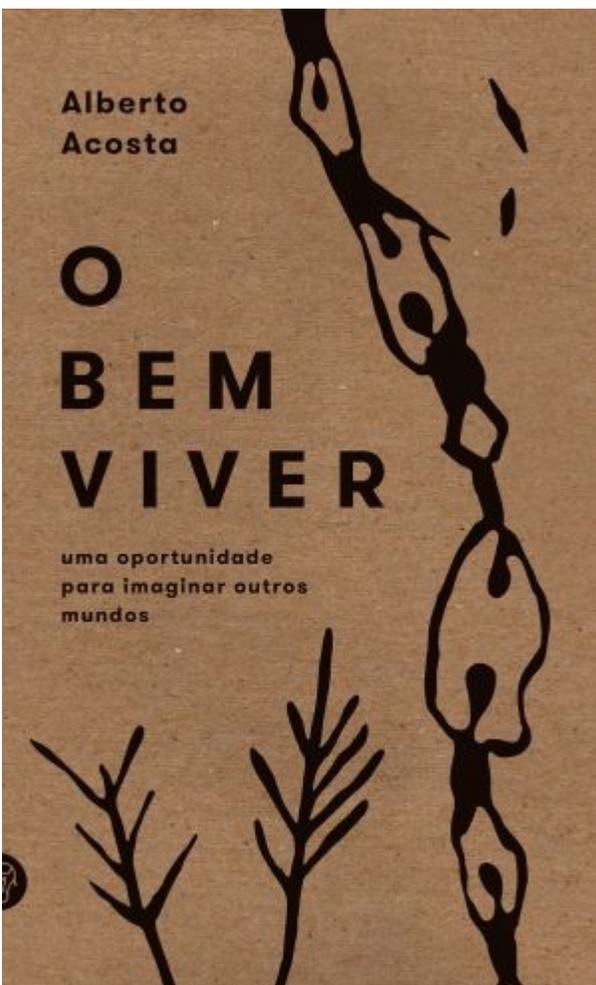
voltar e recuperar aquilo que, um dia, deixou cair".
— Rosane Borges, no prefácio à edição brasileira

[Compre agora e leia](#)

Alberto
Acosta

O BEM VIVER

uma oportunidade
para imaginar outros
mundos



O Bem Viver

Acosta, Alberto

9788593115387

264 páginas

[Compre agora e leia](#)

Um sistema com desigualdades gritantes sobrevive há séculos, com o apoio de milhões e a subordinação de bilhões. Agora, nos conduz ao suicídio coletivo. As promessas do progresso, feitas há mais de quinhentos anos, e as do desenvolvimento, que ganharam o mundo a partir da década de 1950, não se cumpriram. E não se cumprirão. Contra problemas cada vez mais evidentes, Alberto Acosta resgata o conceito de *sumak kawsay*, de origem kichwa, e nos propõe uma ruptura civilizatória calcada na utopia do Bem Viver, tão necessária em tempos distópicos, e na urgência de se construir sociedades verdadeiramente solidárias e sustentáveis. Uma quebra de paradigmas para superar o fatalismo do desenvolvimento, reatar a comunhão entre Humanidade e Natureza e revalorizar diversidades culturais e modos de vida suprimidos pela homogeneização imposta pelo Ocidente. O Bem Viver

foi escrito por um dos maiores responsáveis por colocar os Direitos da Natureza na Constituição do Equador, feito inédito no mundo. Não se trata de viver la dolce vita, de ser um bon vivant. O Bem Viver não se oferece como a enésima tentativa de um capitalismo menos desumano – nem deseja ser um socialismo do século 21. Muito pelo contrário: acusa a ambos sistemas, irmanados na exploração inclemente de recursos naturais. O Bem Viver é a superação do extrativismo, com ideias oriundas dos povos e nacionalidades indígenas, mas também de outras partes do mundo. O que fazer? Acosta oferece uma série de caminhos, mas também nos alerta: não há apenas uma maneira para começar a construir um novo modelo. A única certeza é de que a trajetória deve ser democrática desde o início, construída pela e para a sociedade. Os seres humanos são uma promessa, não uma ameaça.

[Compre agora e leia](#)

SILVIA
FEDERICI

O PONTO ZERO DA REVOLUÇÃO

TRABALHO
DOMÉSTICO,
REPRODUÇÃO E
LUTA FEMINISTA

TRADUÇÃO COLETIVO SYCORAX

O ponto zero da revolução

Federici, Silvia

9788593115448

388 páginas

[Compre agora e leia](#)

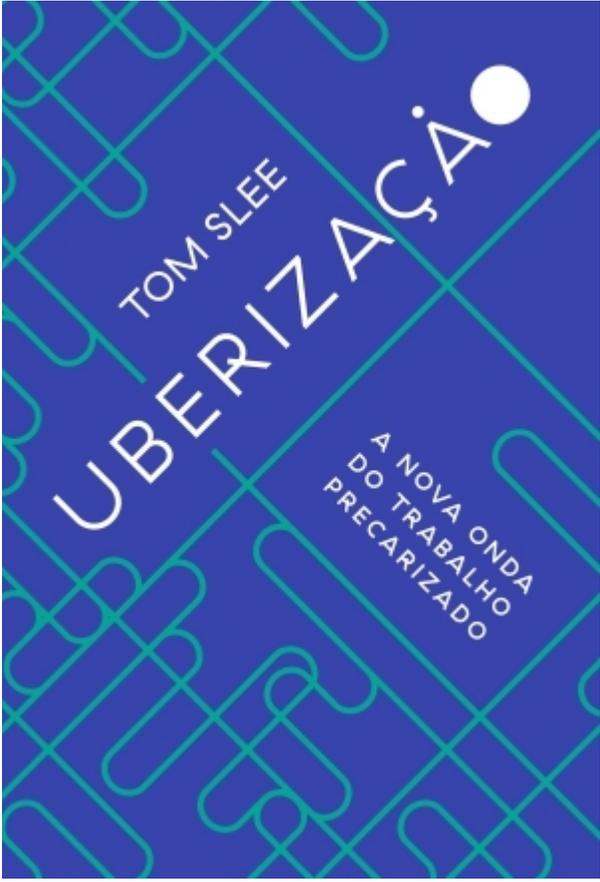
Nas palavras de Silvia Federici, o "ponto zero" é tanto um lugar de perda completa quanto de possibilidades, pois só quando todas posses e ilusões foram perdidas é que somos levados a encontrar, inventar, lutar por novas formas de vida e reprodução. Neste livro, a autora de *Calibã e a bruxa* reconstrói os caminhos do feminismo anticapitalista e anticolonialista — e sua própria trajetória como intelectual engajada —, desde os primeiros anos das mobilizações por salários para o trabalho doméstico, na década de 1970, até a batalha pelos "comuns", reabilitada pelos movimentos sociais na virada do século. Como fio condutor destes quarenta anos de militância, surge a constatação, reiterada em diferentes momentos da história, do quanto o capitalismo necessita do trabalho não remunerado das mulheres para acumular valor e continuar existindo — à custa da natureza e das comunidades.

*** Eu hesitei por algum tempo em publicar um volume de ensaios voltado exclusivamente para a questão da "reprodução", já que me parecia artificialmente abstrato separá-la dos variados temas e lutas aos quais tenho dedicado meu trabalho ao longo de tantos anos. Há, no entanto, uma lógica por trás do conjunto de textos nesta coletânea: a questão da reprodução, compreendida como o complexo de atividades e relações por meio das quais nossa vida e nosso trabalho são reconstituídos diariamente, tem sido o fio condutor dos meus escritos e ativismo político. A confrontação com o "trabalho reprodutivo" — entendido, primeiramente, como trabalho doméstico — foi o fator determinante para muitas mulheres da minha geração, que cresceram após a Segunda Guerra Mundial. Depois de dois conflitos mundiais que, no intervalo de três décadas, dizimaram mais de 70 milhões de pessoas, os atrativos da domesticidade e a perspectiva de nos sacrificarmos para produzir mais trabalhadores e soldados para o Estado não faziam mais parte do nosso imaginário. Na verdade, mais do que a experiência de autoconfiança concedida pela guerra a muitas mulheres — simbolizada nos Estados Unidos pela imagem icônica de Rosie the Riveter [Rosie, a rebitadeira] —, o que moldou nossa relação com a reprodução no pós-guerra, sobretudo na

Europa, foi a memória da carnificina na qual nascemos. Este capítulo da história do movimento feminista internacional ainda precisa ser escrito. No entanto, ao recordar-me das visitas que fiz com a escola, ainda criança na Itália, às exposições nos campos de concentração, ou das conversas na mesa de jantar sobre a quantidade de vezes que escapamos de morrer bombardeados, correndo no meio da noite à procura de abrigo sob um céu em chamas, não posso deixar de me questionar sobre o quanto essas experiências pesaram para que eu e outras mulheres decidíssemos não ter filhos nem nos tornar donas de casa. [...] Atualmente, sobretudo entre mulheres mais jovens, essa problemática pode parecer ultrapassada, porque elas têm uma possibilidade maior de escapar desse trabalho quando são mais novas. Inclusive, em comparação com a minha geração, as jovens mulheres de hoje têm maior autonomia e independência com relação aos homens. No entanto, o trabalho doméstico não desapareceu, e sua desvalorização, financeira e de outros tipos, continua a ser um problema para muitas de nós, seja ele remunerado ou não. Ademais, depois de quatro décadas com as mulheres trabalhando fora de casa em regime de tempo integral, não se pode sustentar o pressuposto das feministas da década de 1970 de que o trabalho

assalariado seria um caminho para a "libertação". —
Silvia Federici

[Compre agora e leia](#)



TOM SLEE

UBERIZAÇÃO

A NOVA ONDA
DO TRABALHO
PRECARIZADO

Uberização

Slee, Tom

9788593115493

332 páginas

[Compre agora e leia](#)

O livro de Tom Slee tem o mérito de desmistificar a aura de esperança com que a Economia do Compartilhamento foi encarada em seus primórdios. Ele é inspirado, como diz o autor na conclusão, por um sentimento de traição. Uberização: a nova onda do trabalho precarizado é uma importante denúncia contra o cinismo dos que se apresentam ao grande público como promotores da cooperação social e do uso parcimonioso dos recursos, mas que na verdade estão entre os mais importantes vetores da concentração de renda, da desregulamentação generalizada e da perda de autonomia dos indivíduos e das comunidades no mundo atual. — Ricardo Abramovay, no prefácio Uber, Airbnb e companhia juram que as novas tecnologias nos colocaram às portas de um mundo incrível: vizinhos ajudando vizinhos, cidades compartilhadas, transporte eficiente, desconhecidos confiando uns nos outros.

Mas o texto cortante de Tom Slee nos convida a olhar as promessas da chamada Economia do Compartilhamento sob o prisma de um movimento vertiginoso do Vale do Silício para fazer avançar a desregulação sobre todas as áreas de nossas vidas, desafiando as regras democráticas, remodelando as cidades e arrecadando bilhões para seus executivos.

[Compre agora e leia](#)